

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Ana Beatriz Vandresen Kulkamp

**A RELAÇÃO DOS JOVENS COM O TRABALHO NA
AGRICULTURA FAMILIAR E A ESCOLARIZAÇÃO; Reflexões
a partir de um estudo na localidade de Rio do Meio, Santa Rosa de
Lima (SC)**

Santa Rosa de Lima/Florianópolis
2016

Ana Beatriz Vandresen Kulkamp

A RELAÇÃO DOS JOVENS COM O TRABALHO NA
AGRICULTURA FAMILIAR E A ESCOLARIZAÇÃO; Reflexões a
partir de um estudo na localidade de Rio do Meio, Santa Rosa de Lima
(SC)

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC), como parte
dos requisitos necessários para a
obtenção do grau de Licenciado em
Educação do Campo.

Orientador: Professor Wilson Schmidt.
Dr.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Kulkamp, Ana Beatriz Vandresen

A relação dos jovens com o trabalho na agricultura familiar e a escolarização : Reflexões a partir de um estudo na localidade de Rio do Meio, Santa Rosa de Lima (SC) / Ana Beatriz Vandresen Kulkamp ; orientador, Prof. Dr. Wilson Schmidt - Florianópolis, SC, 2016.
90 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Graduação em Educação do Campo.

Inclui referências

1. Educação do Campo. 2. Jovens. 3. Juventudes do Campo.
4. Agricultura Familiar. 5. Escola. I. Schmidt, Prof. Dr. Wilson . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Educação do Campo. III. Título.

Ana Beatriz Vandresen Kulkamp

A RELAÇÃO DOS JOVENS COM O TRABALHO NA
AGRICULTURA FAMILIAR E A ESCOLARIZAÇÃO; Reflexões a
partir de um estudo na localidade de Rio do Meio, Santa Rosa de Lima
(SC)

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para
obtenção do Título de “Licenciado em Educação do Campo”, e
aprovado em sua forma final.

Florianópolis, 11 de julho de 2016.

Coordenadora do Curso
Professora Néli Suzana Quadros Britto, Dra.

Orientador
Professor Wilson Schmidt. Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Examinador
Professor Dr. Valmir Luiz Stropassolas, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina.

Examinadora
Professora Siuzete Vandresen Baumann, MSc

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que contribuíram para a sua realização. Em especial, a minha família e meus colegas de classe, que me incentivaram, dando força nos momentos mais difíceis. Também, aos meus mestres e ao meu orientador. Sem todos eles, eu não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha família – meus pais, Alfonso e Valdete, minha irmã, Cintya, meus avós maternos, Alberto e Valdira, meus avós paternos, Erica e Bernardo (em memória) – pela ajuda, oração, dedicação, apoio e força em todos os momentos em que precisei. Agradeço, também, pela paciência que tiveram nos momentos em que eu estava de mau humor, achando que nada daria certo, e naqueles em que não me fiz presente em casa, pela falta de tempo decorrente deste trabalho acadêmico. Um agradecimento especial ao Vô Bernardo que, seguido por seu filho (meu pai), foi o grande estimulador do meu ingresso na Licenciatura em Educação do Campo.

Sou grata aos meus professores. Meu reconhecimento a todos que me acompanharam ao longo dessa caminhada. Em especial, a Wilson (Feijão) Schmidt, meu orientador, que, com sua sabedoria e paciência, soube me orientar e, também, me tranquilizar em alguns momentos de ansiedade intensa, de medos e de dúvidas.

Agradeço ao meu amigo Hamilton de Melo (Gambi), que esteve ao meu lado. Sempre. Tanto nos momentos difíceis, quanto nos momentos descontraídos, nos quais ríamos juntos. E a todos os demais amigos que fizeram parte dessa minha caminhada acadêmica.

Manifesto minha gratidão, ainda, aos jovens do Rio do Meio, que se dispuseram a responder às questões de pesquisa, via rede social e presencial. Afinal, sem a contribuição fundamental deles, esse seria apenas mais um projeto de TCC não realizado.

De forma mais ampla, agradeço a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu realizasse este trabalho. Meu muito obrigada.

“Vencer a si próprio é a maior das vitórias”. (Platão)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso aborda questões relacionadas à influência da escola e do funcionamento da agricultura familiar sobre a permanência ou não do jovem no campo, mais especificamente na localidade do Rio do Meio, em Santa Rosa de Lima, Santa Catarina (SC). Buscou-se compreender como se estabelecem relações entre a vida e o trabalho nas Unidades Familiares de Produção, a continuidade dos estudos e a permanência, ou não, dos jovens no campo. Foi possível constatar que tanto a escola como a família exercem um papel fundamental no estímulo/desestímulo à permanência dos jovens no meio rural. A pesquisa apontou, ainda, que houve a preocupação da escola em incentivar a continuidade dos estudos, tratando, porém, o trabalho no campo e/ou na agricultura de forma preconceituosa, como se as ocupações e empreendimentos rurais agrícolas e não agrícolas não tivessem qualquer perspectiva de futuro.

Palavras-Chave: Jovens, Juventudes do Campo, Agricultura Familiar, Escola, Educação do Campo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFP	Unidade Familiar de Produção
PBID	Programa Institucional de Bolsas Iniciação a Docência
TCC	Trabalho de Conclusão do Curso
SRL	Santa Rosa de Lima
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ESF	Estratégia Saúde da Família
JUARM	Juventude Ativa Rio do Meio
PME	Plano Municipal de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - UM OLHAR SOBRE SANTA ROSA DE LIMA E SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR NESTE MUNICÍPIO RURAL	29
1.1 As raízes de Santa Rosa de Lima	33
1.2. Os primeiros tempos e as primeiras escolas	34
1.3. Escolas públicas, muitas, “isoladas” e precárias	35
1.4. O processo de nucleação das escolas	37
1.5. As oportunidades para os jovens seguirem seus estudos.....	41
CAPÍTULO 2 - JOVENS DO RIO DO MEIO, NA AGRICULTURA FAMILIAR E NA ESCOLA	45
2.1. Perspectivas dos Jovens	45
2.2 Jovens e suas visões sobre a escola	58
2.3 Pesquisa semiestruturada.....	62
2.3.1 Agricultura Familiar e as perspectivas dos jovens	62
2.3.2 Escola e as perspectivas dos jovens	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	79
ANEXO	83
ANEXO 1 - Questionário para primeira etapa (via Facebook)	83
ANEXO 2 - Questionário para segunda etapa (via Facebook).....	85
ANEXO 3 - Roteiro de entrevista para a terceira etapa, direta e presencial.....	88

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi realizado, no município de Santa Rosa de Lima, como requisito para a conclusão da Licenciatura em Educação do Campo (EduCampo), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O foco do TCC são os jovens do campo, especialmente aqueles ligados à agricultura familiar, e o debate é sobre a permanência deles na agricultura e/ou no campo e o peso que a escola pode ter nessa opção.

Inicialmente, é preciso destacar que eu sou jovem, filha de agricultores familiares e do campo, já que meu lugar de habitação é a localidade do Rio do Meio, no município rural Santa Rosa de Lima. É importante, da mesma forma, apresentar a minha trajetória.

Meio ano depois de me formar no Ensino Médio, na Escola Estadual Aldo Câmara, situada no perímetro urbano de Santa Rosa de Lima, eu continuava residindo na Unidade Familiar de Produção (UFP) dos meus pais e os “ajudava” no trabalho cotidiano. Soube, então que a EduCampo UFSC iria ser oferecida no “meu” município. Frente a essa oportunidade, não hesitei em prestar o vestibular específico e diferenciado para o curso. E passei.

Comecei a Licenciatura em Educação do Campo e, como ela funcionou com períodos alternados de uma semana de aulas (Tempo Universidade) e outra, de pesquisas e estágios (Tempo Comunidade), além de ter horários de aulas compatíveis com o ritmo da UFP (à tarde e à noite, com a manhã livre para manter as ocupações agrícolas ou não agrícolas), continuei por mais três anos trabalhando na “propriedade”. Eu fazia de tudo. Tinha aprendido com meus pais todos os serviços na produção agrícola e na criação animal que realizávamos na UFP e sempre gostei de neles trabalhar. Minha “ajuda”, avalio, era de extrema importância para minha família. Muitas vezes, depois de trabalhar desde o início da manhã, eu chegava exausta em casa, tomava um banho, almoçava e ia para a “faculdade”. Eu não sentia, contudo, que aquele meu trabalho fosse valorizado por meus pais.

Mesmo assim, eu continuava pensando que o meu futuro estava na UFP dos meus pais. Nunca se discutiu diretamente a sucessão na propriedade, mas tenho apenas uma irmã bem mais jovem. Assim, foi sempre na UFP que eu pensei um dia investir e ter meu próprio trabalho e renda. No dia a dia, todavia, me desanimava com a falta de importância que meus pais davam às minhas reivindicações financeiras. Além disso, meu pai nunca me deixou aprender e nem permitiu meu envolvimento com a gestão econômico-financeira da UFP. E, mesmo

em uma condição em que não me faltavam alimentos, roupas e carinho, eu “ganhava” – e somente se “pedisse” – pouco dinheiro para “sair”, para viver a minha adolescência. Concretamente, eu permanecia sem satisfazer as necessidades e os desejos de consumo típicos de uma jovem em transição da adolescência para a fase adulta. O que eu recebia me parecia insuficiente.

Neste quadro, mesmo que eu considerasse que meus pais sempre me ensinaram a conquistar as coisas “com garra”, a “aprender a viver” e a “me virar”, eu sentia que meu ingresso na universidade não mudou minha situação na família e na “propriedade”. Ou seja, continuei sem chances de me envolver nas decisões estratégicas e no financeiro da UFP. Pior, por eu ter conseguido uma bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), de quatrocentos reais, para apoiar minhas atividades no curso, meu pai passou a julgar que eu não precisava receber mais nada dele. Seria, segundo ele, para eu aprender a valorizar o que ganhava. Ao mesmo tempo, meu pai argumentava que a queima de carvão e a plantação de eucaliptos tinham parado, que a granja estava apenas com duzentos suínos, que tínhamos passado somente a engordar leitões (não mais o ciclo completo) e que, como consequência, a renda era pequena. No entanto, para mim, o serviço não era pouco, nem leve.

O que eu poderia fazer? Eu me sentia capaz para investir na melhoria das pastagens e para ter o meu próprio rebanho de gado de corte. Não acho a pecuária de corte uma atividade difícil e seria tranquilo conciliá-la com as atividades e o ritmo da EduCampo UFSC, pelo fato, como já foi mencionado, de haver as semanas de Tempo Comunidade e por termos, nos Tempos Universidade, as manhãs livres. Porém, meu pai não me dava qualquer autonomia. Eu sentia que havia dúvidas sobre a minha capacidade, especialmente por eu ser mulher.

Foi aí que resolvi “sair de casa”. Fui morar na “praça” (como é chamado o perímetro urbano de Santa Rosa de Lima) e trabalhar “fora”. Passei a ser “fichada” e a ganhar o meu dinheiro em um abatedouro de frangos que fica a menos de sete quilômetros da casa dos meus pais. Como era a primeira vez que deixava a casa da família, nada foi fácil. Principalmente, pela mudança de rotina. Acordar, preparar e tomar o café da manhã e logo partir para o serviço. Não teve mais para quem dizer para esperar mais dez minutos, que logo eu iria. Porque empregado precisa cumprir horários. Não é como trabalhar na própria unidade familiar. É preciso, ainda, fazer tudo o que o patrão manda, seguir as normas da empresa, respeitar tantos processos e procedimentos.

Hoje, ainda lamento não ter conseguido ficar em casa, porque, na família, temos uma relação muito boa. Mais do que isso, continuo pensando que voltarei para a UFP para trabalhar para mim, com os meus pais. Por enquanto, falta espaço para que eu possa participar não apenas do trabalho, mas também da gestão e das decisões estratégicas.

Fica clara, desta maneira, a origem do meu desejo de refletir sobre como a lógica da agricultura familiar e o funcionamento de uma Unidade Familiar de Produção podem influenciar na opção dos jovens em permanecer, ou não, na agricultura e no campo. Minha história como estudante de educação básica me fez pensar, também, sobre a significação da escola nessa mesma opção. Quando estudava nos ensinos fundamental e médio, os professores da escola Aldo Câmara não falavam sobre Unidade Familiar de Produção e agricultura. Sempre diziam estar nos “preparando” para vestibulares e para seguirmos estudando. Perguntavam o que iríamos estudar, qual faculdade iríamos fazer, em que cidade pretendíamos morar. Muitos de nós respondíamos que continuaríamos em casa, com os pais. Eles faziam uma cara de quem está frente a um louco e replicavam: “precisa estudar, para sair e trabalhar, para viver uma vida diferente da dos seus pais”. A grande maioria dos professores dizia que em “casa”, “no interior e na agricultura”, não teríamos futuro. Eu, contudo, gostava de estar em casa com meus pais, de trabalhar com eles na agricultura e pensava que a escola deveria ter métodos diferenciados para contemplar também esta perspectiva de vida e de trabalho. Fazia ideia de que professores poderiam contribuir para que os jovens vissem a agricultura e o interior com um olhar diferente daquele preconceituoso que predomina na sociedade. E o que eu via era professores dizendo que “ficar na roça é para maluco”. Eu penso que todos temos gostos diferentes e opções de futuro para escolher. Portanto, que uma escola situada em um pequeno município rural deveria, pelo menos, contemplar a agricultura e o campo como possibilidades de vida e trabalho viáveis e com boas perspectivas.

Tal ponderação é relevante para minha reflexão a partir da Licenciatura em Educação do Campo da UFSC. É indispensável deixar claro que minha perspectiva se opõem àquela dos ruralistas, ou do ruralismo pedagógico, ideário que foi hegemônico, no Brasil, no segundo quarto do Século XX. Tal corrente, como relata Antunes-Rocha (2010), defendia uma escola rural diferenciada, em termos curriculares e de objetivos, da urbana, “como possibilidade de garantir a fixação do homem ao campo”. Minha perspectiva teórica é aquela de autores ligados ao Movimento de Educação do Campo. Desta forma, concordo com Munarim e Schmidt (2014), que afirmam que o momento atual não

é de fixar o homem no campo, nem de "fechá-lo em um conjunto de palavras", porque isso poderia "matar a ideia de movimento da realidade que ele quer apreender". (p.61) Citando Roseli Caldart, os referidos autores consideram que esse movimento de configuração da Educação do Campo é constituído por três momentos distintos, mas simultâneos e complementares:.

A Educação do Campo é negatividade – denúncia / resistência, luta contra. Basta (!) de considerar natural que os sujeitos trabalhadores do campo sejam tratados como inferiores, atrasados, pessoas de segunda categoria; que a situação de miséria seja o seu destino; que no campo não tenha escola, que seja preciso sair do campo para frequentar uma escola; que o acesso à educação se restrinja à escola, que o conhecimento produzido pelos camponeses seja desprezado como ignorância... A Educação do Campo é positividade – a denúncia não é espera passiva, mas se combina com práticas e propostas concretas do que fazer: a educação, as políticas públicas, a produção, a organização comunitária, a escola... A Educação do Campo é superação – projeto / utopia: projeção de uma outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola. Perspectiva de transformação social e de emancipação humana. (CALDART, 2008, citada por MUNARIM e SCHMIDT, 2014, p.61, 62)

Como jovem rural que transita entre cidade e campo, julgo que não cabem mais essa dualidade e oposição entre rural e urbano. Seguindo ainda Munarim e Schmidt (2014, p.62), considero que

a Educação do Campo pensa o campo e sua gente, com seus modos de vida, suas identidades culturais, suas festas assim como seus conflitos, sua organização política e seus modos de organizações do trabalho e do espaço geográfico. Faz isso, eles lutarem pelos seus direitos, pelas lutas sociais, mas não tem entrado como parâmetro na construção do fazer pedagógico e muitas vezes são tratados com preconceito, são discriminados.

Assim, em uma Educação que seja “no campo e do campo”, trata-se de combinar pedagogias com o fim de formar e cultivar identidades,

autoestima, valores, memórias, saberes, sabedoria (MUNARIM e SCHMIDT, 2014, p.63). Com esta orientação e como formanda da Licenciatura em Educação do Campo da UFSC – ou “*quase professora*” de Ciências da Natureza e Matemática, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio de Escolas do Campo – acredito que preciso ter competência pedagógica e política para:

primar pela articulação entre a realidade local em relação com o global, pela formação multidimensional dos educandos e pela socialização dos conhecimentos elaborados e sistematizados historicamente pela humanidade em diálogo com os conhecimentos dos povos do campo. (UFSC/CED/EDUCAMPO, sd., p.6)

Sigo, da mesma forma, a afirmação de Antunes-Rocha (2010), para a Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Minas Gerais:

Em todos os momentos, é preciso deixar evidente que o Curso de Licenciatura em Educação do Campo não tem pretensões de criar condições para fixar o homem no campo, embora saibamos que a escola articulada com metas na área da economia, saúde, lazer, transporte, dentre outros, amplia tal possibilidade. (p.137)

Dessa combinação, decorreu meu interesse em estudar a influência da agricultura familiar e da escola na permanência ou não dos jovens no campo, a partir dos próprios jovens da Comunidade do Rio do Meio e do que eles pensam do ensino que receberam nas escolas de Santa Rosa de Lima.

Foi preciso, então, avaliar a pertinência e a relevância desse tipo de estudo. Na ótica da educação, esse ponto é fundamental, porque é através das práticas cotidianas do trabalho familiar que se realizam a formação e a capacitação dos jovens para se tornarem agricultores (WEISHEIMER, 2009, p.112). Em minha percepção, esse é um ponto importante, atualmente, já que a legislação restringe o trabalho das crianças e dos jovens nas unidades familiares de produção, fato que tem influências negativas sobre a aprendizagem gradual e sobre o interesse dos jovens pelas atividades agrícolas no sistema familiar. Penso que se o jovem for iniciar essas atividades somente após a maioridade, os impasses e dilemas em relação à sucessão geracional das UFP tenderão a ser ampliados. Refletindo sobre o meu caso e ainda seguindo

Weisheimer (2009), considero as tarefas relativas à administração da unidade produtiva como um indicador das posições superiores na hierarquia familiar e percebo que os pais ocupam a posição de maior autoridade na gestão do trabalho e de seus resultados no interior do grupo familiar. Como destacam Woortmann e Woortmann (1997, p. 13, citados por WEISHEIMER, 2009): “Ele [o pai] é o detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho da família”. Deste modo, se produz “um processo de legitimação do agricultor pleno” que centraliza e controla a gestão da produção agrícola. Resta, neste contexto, entender os jovens e seus papéis. Segundo o verbete “Juventude do Campo” do “Dicionário Educação do Campo” (CASTRO, 2009, p.437),

jovem é um termo usado pelo senso comum, pelo campo acadêmico e mesmo em espaços políticos desde o século XIX, inicialmente em uma concepção geracional que opunha jovens e velhos, ou jovens e adultos. No final do século XX e neste início do século XXI, vem ocorrendo um grande impulso no debate sobre a juventude. Entretanto, muitos trabalhos tratam a juventude como categoria auto evidente ou autoexplicativa, como se a concepção de juventude fosse consensual, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas. Essa concepção de juventude é retomada, nos anos 1990, tanto pelo campo acadêmico, quanto pelas políticas sociais. Muitas dessas construções carregam um olhar em que a juventude é passível de uma definição universalizante, tais como definições da categoria com base em elementos físico-psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; definições substancializadas/adjetivadas da categoria; e definições que associam juventude e jovem a determinados problemas sociológicos e/ou a agentes privilegiados de transformação social. (p.437)

Ainda de acordo com a mesma autora (p. 438), “o debate, principalmente, a partir das décadas de 1980 e 1990, trouxe o olhar da diversidade”. Entre as “juventudes”, destaco a “juventude do campo” e procuro entender um tema a ela associado, a “migração”

“no sentido do fluxo de populações para centros urbanos –, seja como estratégia familiar de

reprodução e manutenção da propriedade familiar, seja como forma de ruptura com a autoridade paterna”. (CASTRO, 2009, p. 439)

Assim, minha pesquisa sobre a educação da juventude do Rio do Meio foi para ter elementos sobre os jovens da comunidade, para poder identificar o papel de cada um em sua UFP, como são identificados “em casa”, e como estão preparados para uma vida social. Por isso, avalio como importante a referência que Castro (2009) faz de Helena Abramo (2007),

que traz a importante reflexão sobre a associação entre juventude, educação e lazer, como uma construção socialmente informada. Para a autora, essa seria uma concepção que trata a juventude como aqueles que estão em processo de formação e que ainda não têm responsabilidades, principalmente por não estarem inseridos no mercado de trabalho. (p. 438)

Essa visão tira de jovens como eu a condição de “trabalhador”. Somos vistos como “ajuda”. Quando se fala muito da permanência do jovem do campo no campo, penso que devemos investigar, justamente junto aos jovens, o porquê das suas escolhas. Geralmente, eles são vistos como “desinteressados”, mas, ainda seguindo Castro (2009, p. 439), “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões em que a categoria jovem é construída e seus significados, disputados”.

Estudo recente recorda que

há anos é relatada no Brasil uma migração do campo para as cidades, sendo um marco deste processo a intensa urbanização e industrialização no decorrer do século XX. Foi nos grandes centros urbanos, especialmente das grandes metrópoles, que se estabeleceram os modos predominantes de consumir, pensar e agir; e com isso, criou-se também um ideário social de melhores condições de vida nos espaços urbanos em relação ao rural. (GVces/ FGV-EAESP, 2016, p.11)

Essa é uma visão de atratividade das cidades, mas procurei ouvir o que os jovens do campo dizem em relação à procura pelos centros urbanos, para trabalhar (e não, “ajudar”), para ser “independentes” (tendo o seu próprio dinheiro, ainda que pouco) e para poder tomar

decisões (mesmo que muito limitadas). Ao mesmo tempo, persiste como inquietação para a pesquisa o que é definido por Stropasolas (2002) como “um desejo inigualável ao campo”. Como relata esse importante autor sobre o mundo rural no horizonte dos jovens, aqueles que migram para a cidade, sempre buscam, nos finais de semana, retornar para o “interior”, ao local onde “todo mundo se conhece”, “todo mundo se encontra”. Ou seja, valorizam esse intervalo de retorno às comunidades rurais, “onde podem ser donos do tempo, do corpo e das relações que estabelecem com a natureza, a família, os amigos”. Considero essa tensão na vida dos jovens do campo entre “independência na cidade” e “liberdade no campo” como fator principal para o meu estudo. E, como estudante da Licenciatura em Educação do Campo, não posso fugir à responsabilidade de pensar o papel da escola nesse processo.

Fique claro que este foco não implica em desconsiderar a ausência de políticas públicas não setoriais (ou não voltadas somente à agricultura) para o espaço rural, especialmente àquelas reivindicadas pelas juventudes do campo (como iniciativas ligadas à cultura, esporte e lazer, comunicação, informação etc.). Da mesma forma, como destaca Stropasolas (2011), o debate sobre o processo sucessório não deve ser desvinculado de outras questões que afetam a reprodução social da agricultura familiar.

Isso porque os dilemas envolvidos nas (in)definições que interferem na dinâmica sucessória não resultam apenas de fatores endógenos às famílias agricultoras, mas são também influenciados pelas consequências de problemas estruturais ainda não resolvidos no mundo rural e que afetam, com maior ou menor intensidade, diferentes segmentos da população rural brasileira, sobretudo o os grupos sociais tradicionalmente excluídos das políticas públicas, do acesso à terra e dos direitos de cidadania. (STROPASOLAS, 2011, p. 29)

Comprovados o valor e o propósito da minha proposta de estudo, minha ideia foi ouvir todos os vinte e três jovens que (ainda) residem no Rio do Meio e, gradativamente, escolher parte deles para uma entrevista de mais fôlego. Assim, primeiramente, preparei, com o apoio do meu orientador, um questionário (ver Anexo nº 1) que pudesse ser aplicado via rede social. Destaco que também sou ligada ao Grupo de Jovens do Rio do Meio e, por isso, faço parte da comunidade dele no Facebook. Enviei, então, as perguntas via aquela rede social a todos os jovens e

parte deles me respondeu pelo mesmo canal. Do total de vinte e três jovens, 21 me responderam. Ou seja, atingiu-se uma taxa de retorno de significativos 91,3% (21/23). Pude, então, melhor analisar o perfil de cada um e comparar as perspectivas futuras de trabalho e moradia e as percepções em relação à escola. Com base nesse exame, escolhi seis jovens – três moças e três rapazes – para entrevistar direta e presencialmente. Para isso, um roteiro para uma pesquisa semiestruturada foi proposto (ver Anexo 3). Esperava uma conversa mais aberta e procurei deixar espaço para a manifestação dos entrevistados, mas constatei que predominou uma sessão de perguntas e respostas. Obtive, entretanto, resultados significativos e suficientes para me permitir uma análise e uma discussão sobre o centro do meu problema de pesquisa. Optei por descrever os passos da pesquisa junto com a apresentação dos resultados e das discussões dela (Capítulo 2). Creio que isso gera mais comodidade ao leitor.

Além desta introdução e do Capítulo 2 já mencionado, este TCC tem também o Capítulo 1, destinado a apresentar o município de Santa Rosa de Lima e a localidade do Rio do Meio. Nele, recupero, parcialmente, a história do município, destacando que o desenvolvimento cultural e socioeconômico dele se deve à agricultura. Ainda hoje, a produção agropecuária é a principal atividade econômica de Santa Rosa de Lima, sendo que recentemente (a partir de 1996) passou a ser marcada pela presença de uma abordagem sustentável (produção orgânica, agroturismo, associativismo) que faz o município ser considerado a “Capital catarinense da agroecologia”. Em seguida, trabalho, também adotando uma perspectiva histórica, a escola e a escolarização em Santa Rosa de Lima. Avaliei como importante verificar o tipo de valorização que a escola recebe localmente, ao longo do tempo. Dizendo de outra forma, no debate sobre juventude do campo e sua permanência no campo, creio ser necessário entender como, ao longo do tempo, uma sociedade basicamente composta por agricultores familiares – ou “colonos” – percebe a – e se comporta em relação à – educação formal de seus filhos, que basicamente se reproduziam socialmente como agricultores familiares. Em seguida, tratei das oportunidades concretas que os jovens têm para a continuidade dos estudos. Nesse ponto, uma observação é indispensável, em um quadro em que predominam visões de (e situações concretas) que, no campo, predomina a precariedade da escola e a evasão escolar precoce. Entre os jovens entrevistados por mim – lembrando que representam 91% do total dos que habitam a localidade, todos concluíram (ou vão concluir) o ensino médio. Deles, 38,9% têm o ensino médio completo; 23,8% o

médio incompleto (porque ainda o estão cursando, sem distorção idade/série ou ano); e 9,5% ensino técnico. Para além do ensino médio, dos 21 informantes, 2 têm ensino superior completo; 3, o superior incompleto; e um, pós-graduação. Uma possível especificidade – aparentemente, não em relação às outras localidades de Santa Rosa de Lima ou dos municípios da região – que amplia a pertinência do presente estudo.

Finalmente, são apresentadas minhas considerações a partir da pesquisa, assim como pistas para possíveis novos estudos sobre o tema, pelo menos em Santa Rosa de Lima.

CAPÍTULO 1 - UM OLHAR SOBRE SANTA ROSA DE LIMA E SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR NESTE MUNICÍPIO RURAL

Para nossa análise sobre a influência da escola e do funcionamento da agricultura familiar sobre a permanência ou não dos jovens no campo – mais especificamente, na localidade do Rio do Meio, em Santa Rosa de Lima, é importante trabalhar o município e a sua história.

Ainda hoje, a principal atividade econômica de Santa Rosa de Lima é a agricultura e o desenvolvimento cultural e socioeconômico do município se deve a esta atividade ou setor econômico. Considerada a Capital Catarinense da Agroecologia, é reconhecida nacionalmente pelo projeto de desenvolvimento sustentável em construção pela Acolhida da Colônia, pelas Associação e Cooperativa dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – Agreco e CooperAgreco, e pelo Centro de Formação em Agroecologia Jean-Yves Griot – CFAE. Esse fato é importante porque, no município, os jovens podem vislumbrar potenciais atividades inovadoras e sustentáveis, que não podem ser consideradas – ou rotuladas de – atrasadas ou anacrônicas.

Santa Rosa de Lima está localizado no Sudeste do estado de Santa Catarina, a 120 km da capital, Florianópolis (ver Mapa 1), e segundo o IBGE (estimativa 2015) tem 2.128 habitantes, distribuídos em 202 quilômetros quadrados, o que resulta em uma densidade demográfica de 10,22 habitantes por quilometro quadrado. Caracteriza-se, desta forma, como um município rural, não havendo sentido, conforme Munarim e Schmidt (2012) em, nele, falar em população ou escolas urbanas.

Mapa 1: Localização de Santa Rosa de Lima



Fonte: <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/sc.phtml>

Do ponto de vista setorial, as agriculturas convencional e orgânica têm um peso predominante na economia municipal. Somam-se a elas as agroindústrias e os serviços ligados. Da mesma forma, o agroturismo tem crescido em importância. O tipo predominante em todas essas atividades produtivas é a agricultura familiar.

Tabela 1. Número e área total de estabelecimentos agropecuários, segundo indicadores de agricultura familiar e não familiar, (IBGE, Censo Agropecuário 2005).

Estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar		Estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar	
Número (Unidades)	Área (Hectares)	Número (Unidades)	Área (Hectares)
552	16.111	14	2.253

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1273>

Os mesmos dados do IBGE indicam que desses 552 estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar, 215 estariam integrados ou muito integrados ao mercado, podendo ser, por isso, considerados efetivamente como Unidades Familiares de Produção agropecuária. Nas demais encontraríamos o que Henck (1998) define,

em outro quadro, como “uma agricultura de subsistência e acessória” (p.4). De qualquer forma, a partir desses números percebe-se a importância e a predominância das Unidades Familiares de Produção em Santa Rosa de Lima. Para evitar, no caso do município, a associação de agricultura não familiar com grande latifúndio ou agronegócio, destaco que somente cinco estabelecimentos não familiares têm mais de 100 hectares¹ e que, ao mesmo tempo, três deles têm menos de cinco hectares; dois, têm menos de dez hectares; e dois, menos de vinte hectares.

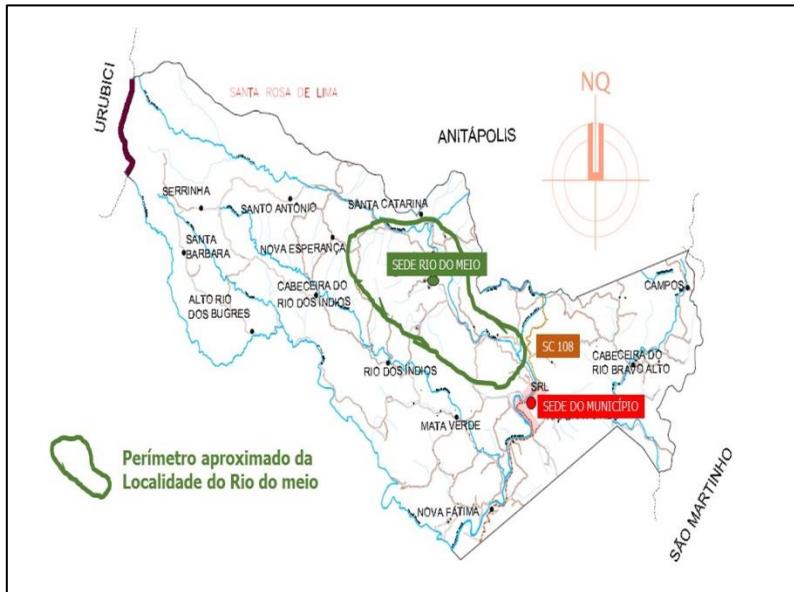
No que se refere à distribuição da população, mesmo que eu considere Santa Rosa de Lima como um município rural, é importante notar que o Censo Demográfico de 2010 indicou que 518 pessoas residiam em domicílios situados dentro do perímetro urbano – a “praça”, como se chama localmente, e 1547 residiam fora do mesmo perímetro urbano, ou “no interior” como os moradores locais se referem.

Uma dessas localidades – ou “comunidades”, é a do Rio do Meio, onde realizei a minha pesquisa. Ela se situa ao longo do rio que lhe dá o nome e conta com 199 habitantes, segundo dados da Estratégia Saúde da Família (ESF)². A sede da comunidade fica localizada a nove quilômetros da sede do município. (ver Mapa 2) Nela, estão a igreja, o salão comunitário, no qual são realizadas as festas da padroeira e reuniões e atividades do clube de mães e do grupo de jovens, entre outros eventos, e o Bar Jundiá, ponto de encontro comunitário para conversas e os jogos de bocha, baralho ou sinuca. As distâncias dos domicílios em relação a ela e à “praça” do município são bastante variáveis (de 3 a 12 quilômetros). Ainda segundo dados da ESF, são 60 domicílios “ativados” e 9, “desativados”. Desses últimos, dois o foram por doença (pessoas idosas que passam a morar com filhos), um por falecimento, e outros seis por “mudança de lugar” (algumas pessoas permaneceram no “interior” e outras foram para a “praça” ou outros municípios).

¹ O maior deles tem mais de 1.100 hectares, que representa praticamente a metade da área dos estabelecimentos agropecuários não familiares. A soma dos cinco sendo igual a 2.191 hectares.

² Informações prestadas pela Agente de Saúde, que acompanha a localidade há 16 anos.

Mapa 2: Localização da “comunidade do Rio do Meio no município de Santa Rosa de Lima



Predomina, como atividade econômica, a produção agropecuária, com plantações de alimentos para o autoconsumo, fumicultura integrada a empresas fumageiras, horticultura orgânica para comercialização. Na produção animal, tem destaque a avicultura orgânica. A produção de carvão vegetal (“queima”) também é significativa.

No que interessa mais de perto a este estudo, como já foi mencionado, a comunidade tem um grupo de jovens: Juventude Ativa Rio do Meio (JUARM), do qual participam muitos dos entrevistados para este TCC.

Voltando ao município e adotando uma perspectiva histórica, é importante verificar o tipo de valorização que a escola recebe localmente, ao longo do tempo. Dizendo de outra forma, como uma sociedade basicamente composta por agricultores familiares – ou “colonos” – percebe a – e se comporta em relação à – educação formal de seus filhos, que basicamente se reproduziam socialmente como agricultores familiares.

1.1 AS RAÍZES DE SANTA ROSA DE LIMA

A área correspondente ao atual município de Santa Rosa de Lima, cuja emancipação se deu em 10 de maio de 1962, teve o início de sua colonização na passagem do século XIX para o século XX. As terras eram habitadas pelos índios. Para proteger os carregamentos de charque, vindos do Rio Grande do Sul em direção a São Paulo o governo contratou bugreiros. (DALMAGRO, 2012) Os índios do Grupo Jê, primeiros ocupantes da região, atacavam as caravanas, o que acabava dificultando a chegada do charque ao seu destino. O governo da época decidiu, então, doar terras a imigrantes. A consequência foi um conflito entre índios e “colonos”. (DALMAGRO, 2012) Wiemes (2002) recupera esses conflitos e menciona o “pânico que se apossava dos colonos” (p. 85, referindo-se aos primeiros imigrantes), mas deixa claro que houve um “grande crime contra o povo indígena” (p.84).

Muito cedo o Governo viu-se compelido a tomar providências para estancar o êxodo dos colonos. Como primeira medida, destacou uma guarnição militar para expulsar os índios. Seguiram uma série de outras medidas sem que pudesse pôr fim aos conflitos. [...]

Foi pela força da guarnição militar, das armas dos próprios colonos e, sobretudo, enchendo a mata de bugreiros, profissionais ou profissionalizados, que prosseguiu a colonização, levando a luta sempre para adiante. Com o desenvolvimento e a expansão da colonização, estreitava-se cada vez mais o cerco das matas onde se refugiavam os índios [...]. (WIEMES, 2002, PP. 85-86)

Heidemann (2009, p. 333) é direto e sintético: “Os índios foram sendo dizimados, aos poucos, por caçadores de bugres (bugreiros).” Depois de 1920, cerca de 75% das famílias residentes eram da etnia alemã. As demais eram de italianos e açorianos. (KULKAMP et al, 2013)

Os imigrantes formaram famílias que trabalhavam na agricultura e criavam animais tanto para consumo como para utilizá-los como tração, na extração da madeira e no cultivo das lavouras, onde produziam de quase tudo, batata, feijão, milho, arroz, aipim etc. O trabalho na roça era coletivo. Todos os membros da família, tanto homens quanto mulheres, faziam o mesmo tipo de serviço independente da dificuldade. (DALMAGRO, 2012) Do ponto de vista da educação,

esse ponto é fundamental porque é através das práticas cotidianas do trabalho familiar que se realizam a formação e a capacitação dos jovens para se tornarem agricultores (WEISHEIMER, 2009, p.112). Em nossa percepção, esse é um ponto importante, atualmente, já que a legislação restringe o trabalho das crianças e jovens nas unidades de produção familiar. Esse fato tem influências negativas sobre a aprendizagem gradual e sobre o interesse dos jovens pelas atividades agrícolas no sistema familiar. Se o jovem for iniciar essas atividades somente após a maioridade, os impasses e dilemas em relação à sucessão geracional da unidade de produção familiar tenderão a ser ampliados.

Olhemos mais de perto a educação formal em Santa Rosa de Lima, sob uma perspectiva histórica.

1.2. OS PRIMEIROS TEMPOS E AS PRIMEIRAS ESCOLAS

Schmidt (2013) relembra que no período inicial da colonização, os próprios agricultores organizavam sua escola, tendo como professor algum colono ou, o que era mais frequente, alguém contratado, pago pelos pais dos alunos. (p.132) Destacando a participação financeira dos pais, o mesmo autor (p. 133) sublinha ainda que tal educação só foi assegurada pelas intervenções das igrejas católica e luterana, conforme a religião predominante na localidade.

Dalmagro (2012) destaca que encontrou divergências quanto à cronologia da implantação das escolas no município de Santa Rosa de Lima. Para ele, o que é certo é que as primeiras escolas foram implantadas nos primeiros tempos da colonização e eram “particulares ou comunitárias”. Na verdade, os pais além de construir as escolas (muitas vezes paióis ou galpões) pagavam o professor e/ou forneciam a ele hospedagem e alimentação. (p. 38) Essas condições são ilustradas por depoimento de pessoas idosas:

Alguns que eram estudados davam aula. A gente pagava um tanto por mês, se não a gente não ficava ensinado. O governo não se importava com nós. (Homem, 96 anos. Entrevista a Dalmagro, 2012, p. 41).

O meu pai pagou o tempo todo que fui à escola. Pagava por mês. E os livros também. Não só eu. Todos. (Mulher, 86 anos. Entrevista a Dalmagro, 2012, p. 42)

Para o mesmo autor é no final da década de 1920 que se dá a criação das primeiras escolas. Por volta de 1926, foi instalada uma escola na comunidade de Santo Isidoro (hoje, localidades de Santa Catarina e Santo Antônio). Nela, as aulas eram ministradas em alemão por um professor de sobrenome Biell. Em 1928, foi criada outra escola na sede do município, na margem direita do Rio Braço do Norte, que tinha como professor o imigrante alemão Erich Max Stolberg Won Wilke (Dalmagro, 2012, p. 40). Em 1930, foi implantada uma escola na comunidade de Rio dos Índios/Mata Verde, que tinha como professor Otto Siebert. No mesmo ano, foi estabelecida uma escola na comunidade de Rio Bravo Alto. O professor era da família Dircksen. Todas essas iniciativas foram dos pais. Depois delas, foram sendo construídas novas escolas em outras comunidades, sempre sob a responsabilidade financeira dos colonos. Essas “escolinhas foram construídas para nos dar um futuro melhor e para nós aprendermos”, conta meu avô, Alberto Vandresen, em entrevista direta. E complementa: “para facilitar o acesso à escola, nossos pais pagavam os professores, porque, na época, não tinha outro jeito”. Ou seja, não havia escola pública.

Durante o período em que os professores eram pagos pelos pais, as famílias matriculavam seus filhos e quando as crianças demonstravam já saber ler e escrever, mesmo que não tivessem completado a quarta série, eram retiradas da escola (DALMAGRO, 2012). O argumento apresentado pelos entrevistados pelo referido autor era que a “ajuda” das crianças era indispensável nos afazeres da “roça”.

Em toda a Região de Braço do Norte, é somente a partir de 1930 que o Estado vai passar a assumir o pagamento dos professores e a apoiar a educação primária. (SCHMIDT, 2013, p. 133) Aparentemente, Santa Rosa de Lima, por seu distanciamento e isolamento, sofreu um retardamento nesses apoios.

1.3. ESCOLAS PÚBLICAS, MUITAS, “ISOLADAS” E PRECÁRIAS³

Em entrevista direta para Baumann (2012), o primeiro prefeito de Santa Rosa de Lima, José Schmidt, informou que antes da criação do

³ É importante destacar que a precariedade não era só das escolas. Em um pequeno município rural, eram poucos os investimentos públicos em infraestruturas de saúde, cultura, esporte e lazer, comunicação e outras, necessárias à qualidade de vida de todos e importantes, sobretudo, para os jovens.

município, em 1962, existiam três escolas públicas no espaço que compôs o território da municipalidade, todas pertencentes à rede estadual de ensino. Segundo essa mesma fonte, a primeira escola pública foi na “praça” (sede do município) e a professora era “Dona Celestina”. Os indícios são de que a criação desta escola se deu no início da década de 1950. Depois, vieram as escolas da Nova Fátima (professora: Laurita Becker Vandresen) e do Rio Bravo Alto (professora: Rosina Becker Schlickmann).

O financiamento público não tornou a escola laica em Santa Rosa de Lima. Minha avó, Valdira Dutra Vandresen, em entrevista direta, recorda que, a cada dia, durante as aulas, eram realizadas orações. Essa informação é reforçada pelo relato de Dalmagro (2012), a partir de uma entrevista direta com a professora Laurita Becker Vandresen:

Uma vez o inspetor escolar me elogiou, constou na ata e tudo. É que meus alunos entravam na aula dizendo a tabuada de 2 a 10 e quando terminavam diziam os 10 mandamentos. Depois disso a oração, e em seguida, vinha a chamada. (p. 44)

Pelo relato de José Schmidt, é a partir da instalação do município que se dará uma importante expansão da escola pública nas localidades que passam a fazer parte de Santa Rosa de Lima. (DALMAGRO, 2012, p. 41, p. 42)

Baumann (2012) afirma que, como resultado desse longo processo, em 1997, havia dezessete escolas no município, todas multisseriadas. Dezesseis delas estavam distribuídas no “espaço rural” (fora do perímetro urbano do município). Destas, seis pertenciam à rede estadual e estavam em processo de descentralização-municipalização. As outras dez eram escolas isoladas da rede municipal. (p.65) Esta mesma autora avalia que as crianças ficavam mais próximas de suas famílias, as famílias mais próximas da escola e de seus filhos e, ainda, na maioria dos casos, o(a) professor(a) pertencia à comunidade. Tudo isso dava vida à escola. Pondera, contudo, que os olhos dos gestores estavam voltados unicamente à inegável precariedade dessas unidades de ensino: ensino fundamental restrito à 4ª série; um professor para as quatro séries; professores leigos ou com pouca formação; recursos didáticos escassos, entre outros pontos. (BAUMANN, 2012, p.66)

1.4. O PROCESSO DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS

Com o predomínio das percepções de precariedades, e com pouco debate, o governo do estado facilitou o processo de nucleação das escolas “do interior”. Bastou incorporar a perspectiva de ter transporte escolar em todas as comunidades e confirmou-se a proposta de nucleação para Santa Rosa de Lima. (BAUMANN, 2012, p.67)

Com isso, desenha-se uma nova forma de organização escolar no município: “juntar” as dezesseis escolas em um espaço único, na sede do município. Porém, na “praça”, não havia, até então, escola da rede municipal. Somente o colégio estadual atendia às crianças de 1ª a 4ª série residentes na sede do município e também as do “interior” que ingressavam nas séries finais. Nasceu, assim, o Centro Educacional Santa Rosa de Lima, através da Lei 713, de 19 de março de 1999. Ele atendeu, naquele mesmo ano, setenta e três alunos, todos em séries iniciais, que tiveram suas escolas isoladas municipais fechadas. (BAUMANN, 2012, p. 79) No primeiro ano do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, fizemos um diagnóstico do município, em equipe e por comunidade. Foi aí, que nos interessamos pelo fechamento das escolas multisseriadas e fizemos a entrevista direta com a professora Siuzete Vandresen Baumann, que nos relatou:

Com o fechamento das [escolas] multisseriadas, lembro-me que muitos [pais] não gostaram da ideia. Preferiam os filhos, ali, perto deles. Eram inúmeros motivos que os pais apontavam na época: os riscos ligados ao transporte escolar, pela superlotação, pela preocupação que agora tinham em uniformizar e caracterizar seus filhos. Porém, com o passar do tempo, percebo que os pais acostumaram com a ideia da nucleação. (entrevista direta a Kulkamp et al.,2013)

Em seguida, a Professora Baumann nos ajudou a recuperar o processo de nucleação.

O fechamento das escolas veio de uma proposta governo, que fez promessas que pareciam atraentes para o município e os gestores da época. Fizeram o discurso de convencimento nas comunidades, como a promessa de melhoria de qualidade de ensino. Algumas comunidades não apresentaram resistência. Outras, porém, resistiram por mais tempo, **alegando que as**

crianças poderiam perder o interesse pela propriedade. Porém não foram ouvidas. Avalia que o processo na nucleação causou sérios problemas para as famílias e para as comunidades. A longa distância percorrida diariamente pelas crianças causou deficiência na aprendizagem, pois estas chegam cansadas nas escolas. As escolas nucleadas não estavam organizadas para receber as crianças, não há uma proposta de política pedagógica. Os conteúdos trabalhos são distantes da realidade do aluno. No que se refere à nucleação das escolas, tivemos aspectos positivos e negativos. Os positivos são: a maior interação entre as diferentes culturas existentes, um maior acesso aos meios tecnológicos, que são escassas em nosso município, material didático de maior qualidade nas escolas do centro. E os negativos: esvaziamento de nossas comunidades, pois várias delas só existiam em função da escola. (entrevista direta a Kulkamp et al.,2013, grifos meus)

A professora Siuzete Baumann nos auxiliou, da mesma forma, a considerar que, em 1997, foi construído, com um amplo debate, um plano municipal de educação (SANTA ROSA DE LIMA, 1997). A discussão sobre a qualidade da educação teve como objetivo definir o “plano de ensino adequado”, “formas de aplicação do conteúdo em sala de aula”, “adaptação dos professores com o conteúdo exigido”, e um complemento “com a tecnologia” (especialmente informática e outras meios e métodos a ela relacionados, por ter vários professores formados há mais tempo). Naquele processo,

houve consenso na avaliação que as comunidades fizeram sobre a qualidade do ensino desenvolvido nas escolas de rede estadual (Colégio) e da rede municipal (Escolas Isoladas): a escola que temos não é ainda a escola que queremos. Isto ocorre porque **ela nem prepara os alunos para ficar no campo e, nem, tampouco, prepara adequadamente aqueles que precisam ir embora para a cidade.** (SANTA ROSA DE LIMA, 1997, p. 10, grifos meus)

A falta de infraestrutura de apoio ao processo de ensino-aprendizagem foi listada, pelos participantes das reuniões, entre os

fatores que interferiam no rendimento escolar. Para a nossa reflexão, destacamos:

[...] g. falta a construção de estufas, para cultivo de hortaliças sem agrotóxico, nas Escolas e no Colégio, visando o ensino agrícola **e incentivo aos alunos para continuar nesta atividade.** (SANTA ROSA DE LIMA, 1997, p. 11, grifos meus)

E, “com a intenção de contribuir para melhoria do ensino”, os participantes sugeriram as seguintes ações:

[...] b) fazer aulas mais práticas, levando os alunos à lugares que mostrem na prática aquilo que está na teoria; c) cobrar maior participação dos alunos e professores, fazendo aulas diferentes; [...] i) **incentivar os alunos a continuarem na atividade agrícola.** (SANTA ROSA DE LIMA, 1997, p. 13, grifos meus)

Nas reuniões preparatórias ao PME SRL 1997, foram feitas “manifestações” sobre “as dificuldades em relação ao currículo escolar”, indicando, como problemas:

o currículo escolar está fraco; o ensino de 5ª a 8ª Séries está fraco; **falta disciplina sobre agricultura** no Colégio e nas escolas municipais; **falta professores na área de agricultura**; falta uma escola profissionalizante, apenas alguns alunos sabem usar computador. (SANTA ROSA DE LIMA, 1997, p. 13, grifos meus)

Finalmente, “oito comunidades apresentaram as seguintes sugestões”:

[...] c) cultivar hortaliças em estufa no próprio Colégio e nas escolas municipais; d) **incentivar os alunos a permanecerem na atividade agrícola**; e) proporcionar ensino que **profissionalize o homem para a realidade do Município**; o curso que o aluno está fazendo deverá ensiná-lo no que mais tarde vai atuar [...] (SANTA ROSA DE LIMA, 1997, p. 13, grifos meus)

Destacamos que mais de dez anos mais tarde, no Plano Municipal de Educação de Santa Rosa de Lima 2008 (PME SRL 2008), tendo sido constatadas significativas melhorias na formação docente e na infraestrutura, praticamente o mesmo diagnóstico em relação ao currículo é realizado e são apontadas as seguintes sugestões:

trabalhar disciplinas voltadas para a realidade dos alunos; currículo voltado mais à realidade de cada região; incluir algumas matérias sobre a parte cultural e valorizar mais a nossa história; [...] **incluir disciplinas voltadas à produção de renda e desenvolvimento do município; falar alguma coisa sobre o interior (área rural); valorizar a cultura do agricultor**; devido à falta de mão-de-obra especializada, implantar no ensino médio cursos profissionalizantes que atendam às necessidades do município; [...] ; trabalhar disciplinas voltadas para a realidade dos alunos; [...] **disciplinas direcionadas à agricultura; elaborar um currículo em cima da realidade do município com temas voltados à educação no campo (Agroecologia, Agroturismo, etc.); [...] melhorar questões práticas do currículo (agricultura, cooperativismo e associativismo)**; rever o currículo e acrescentar disciplinas que estudam mais a realidade do nosso município. (SANTA ROSA DE LIMA, 2008, p. 11-12, grifos meus)

Os responsáveis pela sistematização e redação do Plano Municipal de Educação de 2008 sublinham que as manifestações e sugestões apresentadas pelas comunidades, “reiteram a necessidade de se atender as especificidades da realidade rural”, mas ponderam que tais reivindicações

podem ser contempladas na característica clássica de uma escola única e universal onde a Educação Básica além da função consagrada de ensinar a ler, escrever, a contar ingressando na cultura letrada possa desenvolver estudos de educação física, educação tecnológica e educação profissional partindo da realidade vivida pela população. (SANTA ROSA DE LIMA, 2008, p.12)

Tal ponderação é relevante para minha reflexão, feita a partir da Licenciatura em Educação do Campo da UFSC, porque permite que eu deixe claro que minha perspectiva se opõe àquela dos ruralistas, ou do ruralismo pedagógico, ideário que foi hegemônico, no Brasil, no segundo quarto do Século XX. Tal corrente, como relata Antunes-Rocha (2010), defendia uma escola rural diferenciada, em termos curriculares e de objetivos, da urbana, “como possibilidade de garantir a fixação do homem ao campo”. Como jovem rural que transita entre cidade e campo, penso que não cabem mais essa dualidade e oposição entre rural e urbano. Deixo evidente, desta forma, ainda seguindo Antunes-Rocha (2010), que “não se trata de ter pretensões de criar condições para fixar o *homem no campo*, embora saibamos que a escola articulada com metas na área da economia, saúde, lazer, transporte, dentre outros” (p.137), amplia a atratividade do campo.

De acordo com o que estudamos nas aulas de Teorias da Educação, hoje, as crianças estão muito ativas, têm acesso a muitas informações e parecem ter mais dificuldades de concentração. Os meios de informação são mais atraentes do que a forma tradicional, ainda predominante na ministração de aulas. No que nos interessa mais de perto, as aulas são descontextualizadas e o conteúdo é distante do “fazer cotidiano” dos estudantes, o que gera indisciplina. Já havíamos destacado essa perspectiva de distanciamento em Kulkamp et al. (2013).

Para reforçar a perspectiva contrária ao ruralismo pedagógico e “a uma escola que deprecie o modo de vida urbano e valorize os modos simples de vida no campo” (ANTUNES-ROCHA, 2010. P. 129), mobilizarei os dados sobre o acesso dos jovens de Santa Rosa de Lima ao ensino superior.

1.5. AS OPORTUNIDADES PARA OS JOVENS SEGUIREM SEUS ESTUDOS

Destaco, primeiramente, que hoje, nós jovens de Santa Rosa de Lima, temos muito mais oportunidades que tinham nossos pais e avós. Os membros dessas gerações anteriores, quase a totalidade dos casos, encerravam os estudos ao completar a quarta série. Ou mesmo, antes disso. Nossa geração tem o direito difuso – o que significa obrigatoriedade – de estudar até completar o ensino médio. Nesse sentido e como procuraremos indicar a seguir, é preciso destacar que Santa Rosa de Lima, mesmo sendo um pequeno município rural, apresenta uma infraestrutura escolar, condições de funcionamento e ingresso e permanência na escola diferenciadas em relação ao que é

descrito, especialmente na imprensa, para as escolas situadas no campo brasileiro. Como exemplo, podemos citar a evasão escolar: praticamente a totalidade dos jovens do município conclui o Ensino Médio com baixa distorção idade-série. Temos além disso, condições (especialmente transporte) e oportunidades (oferta mais próxima) para dar continuidade ao estudo e para cursar o ensino superior.

Atualmente, Santa Rosa de Lima tem três escolas, todas situadas no perímetro urbano. Para atualizar o que havia levantado em 2003 (KULKAMP et al., 2013) e os dados secundários disponíveis, realizei uma coleta de informações diretamente junto às direções e secretarias dessas instituições, em junho de 2016. Seguindo essas fontes é que apresento as seguintes informações. O Centro Educacional Infantil Recanto Alegre conta com oito professores efetivos da rede municipal e um, contratado temporariamente (ACT), mais dois auxiliares e cinco bolsistas, para educar 120 crianças. Destas, 25 residem no que é definido como perímetro urbano e 95, fora dele. Cento e cinco crianças utilizam o transporte escolar. No Centro Educacional Santa Rosa de Lima, são quinze professores efetivos da rede municipal e dois são bolsistas. São 115 matriculados, dos quais 30 residem no que é definido como perímetro urbano e 85, fora dele. Em torno de cem estudantes utilizam o transporte escolar. Finalmente, na Escola Educação Básica Professor Aldo Câmara atuam oito professores efetivos da rede estadual, sete professores efetivos da rede municipal, mais dezenove, contratados temporariamente (ACT). São 191 matriculados, sendo 38 deles da rede municipal. Do total, 69 residem no que é definido como perímetro urbano e 122, fora dele. Cento e quarenta e quatro utilizam o transporte escolar.

Com relação ao transporte escolar, Schmidt (2013) recorda que, em Santa Rosa de Lima, ele teve início em 1989 (p.136). No que nos interessa mais de perto, o mesmo autor sublinha que, no ano de 1995, o transporte escolar passou a atender, no período noturno, aos estudantes do ensino médio (26 estudantes) e superior (14 estudantes). Segundo ele, “tal opção exigiu recursos para custear um micro-ônibus até a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), em Tubarão. (SCHMIDT, 2013, pg. 137). Seguindo os dados dos dois Planos Municipais de Educação de Santa Rosa de Lima, constatamos que, em 1997, o serviço de transporte gratuito para universidades situadas na região, assegurado pela prefeitura, oportunizava o deslocamento diário de 16 jovens (SANTA ROSA DE LIMA, 1997, p. 9). Em 2008, já eram 50 jovens que utilizavam o mesmo serviço (SANTA ROSA DE LIMA, 2008, p.7). Hoje, no ano de 2016, a municipalidade continua

assegurando o transporte escolar, para todos os níveis de ensino. Ônibus escolares percorrem as estradas do “interior”, nos três períodos do dia. Também diariamente, um ônibus sai de Santa Rosa de Lima, transportando 62 jovens para instituições de ensino superior localizadas na região. Nota-se o crescimento do número de estudantes e, considerando a diferença de quase vinte anos, aponta-se o possível acúmulo de formados no município. Com relação aos estudantes universitários atuais, vários deles fazem curso a distância e utilizam o transporte uma vez por semana. Junto com os demais, são levados para aulas de cursos superiores na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), em Tubarão, no Centro Universitário Barriga Verde – Unibave, em Orleans, e na Faculdade Capivari, em Capivari de Baixo. Essas instituições são pagas. Apenas alguns estudantes conseguem bolsas ou financiamentos públicos para realizar os cursos, o que aparece como necessário para viabilizar o prosseguimento dos estudos. Na Universidade Federal de Santa Catarina, pública e gratuita, especialmente no Campus Professor David Ferreira Lima, em Florianópolis, o vestibular tem se mostrado uma barreira poucas vezes transponível. Esse ano, por exemplo, oito jovens de Santa Rosa de Lima tentaram ingresso, por essa via, na “Federal”, e não conseguiram. São poucos os casos de sucesso no vestibular unificado da UFSC, destacando-se, nos últimos dez anos, um para medicina, um para odontologia, um para licenciatura em educação do campo – todos já formados – e um para agronomia – que está na metade do curso. Por isso, merece um destaque especial, a oferta de uma turma da Licenciatura em Educação do Campo em Santa Rosa de Lima mesmo. Essa oferta local gerou uma oportunidade inicial para 28 jovens do município cursarem ensino superior em seu próprio município de residência. Desses, entre os quais me incluo, quinze permanecem até esta fase final.

A apresentação breve de Santa Rosa de Lima e um histórico conciso sobre a trajetória da educação no município permitem ao leitor melhores condições para seguir minha reflexão sobre a influência que a educação exerceu ou exerce na formação dos jovens do meio rural, e neste caso, mais especificamente sobre os jovens da localidade de Rio do Meio.

No Capítulo 2, apresento os dados referentes à pesquisa de campo, bem como a análise dos depoimentos dos jovens entrevistados. Em muitos depoimentos parecia haver uma dificuldade dos jovens para identificar as interferências da escola e da família nas escolhas deles em permanecer ou não na Unidade Familiar de Produção e no campo. Por

isso, procurei, visando facilitar a visualização e a compreensão do leitor, apresentar os dados em tabelas e gráficos.

CAPÍTULO 2 - JOVENS DO RIO DO MEIO, NA AGRICULTURA FAMILIAR E NA ESCOLA

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos através da pesquisa de campo. Recordo que meu interesse foi estudar a influência da escola e da família sobre o sentimento de pertencimento à agricultura familiar e sobre a permanência, ou não, dos jovens no campo. Minha reflexão se dá a partir dos próprios jovens da comunidade do Rio do Meio, com intuito de verificar o que pensam de suas relações com as famílias e com as unidades de produção e consumo, bem como do ensino que receberam nas escolas de Santa Rosa de Lima.

Como descrevi previamente na introdução, provados o valor e o propósito da minha proposta de estudo, meu primeiro passo foi ouvir, via rede social, os vinte e três jovens que residem na localidade do Rio do Meio. Obtive, nessa enquete, uma taxa significativa de retorno, o que me oportunizou analisar o perfil de cada jovem desta localidade e comparar suas perspectivas sobre o trabalho e moradia, assim como as percepções que eles apresentam em relação ao papel da escola. Para esse último ponto, enderecei um questionário complementar, ainda pela rede social, tendo obtido a mesma taxa de retorno. Fundamentada nesse exame, escolhi seis jovens – três moças e três rapazes – para entrevistar direta e presencialmente.

A seguir, inicialmente, exponho a análise e discussão feita a partir de depoimentos dos vinte e um jovens entrevistados preliminarmente. Os resultados foram organizados em um quadro que mostra a situação dos jovens em relação ao estudo e ao local de trabalho. Já os depoimentos escritos me deram o suporte para analisar as perspectivas destes sobre a agricultura familiar e a visão que têm sobre a escola local.

Em um segundo momento e no mesmo sentido, apresento minha análise realizada a partir de um aprofundamento maior resultante das entrevistas diretas e presenciais feitas com seis jovens.

2.1. PERSPECTIVAS DOS JOVENS

Conforme já mencionado preliminarmente, um questionário inicial foi apresentado a vinte e três jovens da localidade do Rio do Meio, via um grupo na rede social Facebook. Tal iniciativa foi facilitada porque sou ligada à Juventude Ativa Rio do Meio e, por isso, faço parte também dessa “comunidade” no Facebook, que serve como ferramenta

de comunicação do “grupo de jovens” e é muito efetiva. Assim, obtive nessa enquete a significativa taxa de retorno de 91,3%.

Resumidamente, o questionário tratava das atividades atuais dos jovens, de como eles veem a escola, o peso que ela teve em suas decisões e quais as expectativas que têm para um futuro próximo. O que eu buscava era conhecer e analisar os perfis de cada jovem em relação às questões que estão no foco do meu estudo.

Sublinho, inicialmente, que na primeira pesquisa foram entrevistados 12 homens e 9 mulheres, entre 15 e 27 anos. A disposição resultante é a seguinte:

Quadro 1: Situação dos jovens entrevistados em relação ao estudo e ao local de trabalho (UFP e/ou fora dela).

Entrevistado F: Feminino M: Masculino	Não Estuda	Estuda	Trabalha apenas na propriedade dos pais	Trabalha na propriedade dos pais e fora dela	Trabalha fora da propriedade dos pais
Jovem 1 F				X	
Jovem 2 M			X		
Jovem 3 F				X	
Jovem 4 M			X		
Jovem 5 M			X		
Jovem 6 M				X	
Jovem 7 M			X		
Jovem 8 F					X
Jovem 9 M			X		
Jovem 10 F				X	
Jovem 11 M					X
Jovem 12 F			X		
Jovem 13 F			X		
Jovem 14 M			X		
Jovem 15 F			X		
Jovem 16 F			X		
Jovem 17 F			X		
Jovem 18 M			X		
Jovem 19 M					X
Jovem 20 F			X		
Jovem 21 M					X

Dos 21 respondentes, onze já não estudam e dez o fazem. Nota-se que destes últimos, que prosseguiram no ensino médio ou superior, somente dois não trabalham apenas na Unidade Familiar de Produção (UFP). Um, trabalha fora e o outro reside em outro município e

unicamente estuda. Já entre os que não estudam, seis não trabalham apenas na UFP. Um deles trabalha somente fora da propriedade e cinco trabalham na UFP e fora dela. Seguindo as análises de Weisheimer (2009), avalio que enquanto os/as jovens estudam, permanecem morando e trabalhando com os pais em casa. Isso indica que a grande maioria dos estudantes permanece na UFP porque a escola é acessível e, mesmo que sejam vistos como uma “ajuda”, acabam recebendo algum dinheiro para poder “viver a vida”. Isso porque os trabalhos fora da UFP dificilmente são compatíveis com os horários e os ritmos exigidos pela escola. No caso do ensino superior, a opção é pela “faculdade” noturna. Em alguns casos, jovens que não decidiram o que fazer ou que não conseguiram a oportunidade que perseguem, ficam na UFP até “tomar um rumo na vida”. O que eu buscava era compreender as relações entre o trabalho na propriedade rural e a continuidade dos estudos. Como sublinha Castro (2012), nos últimos tempos a juventude do campo se tornou tema privilegiado de pesquisas. Nelas,

os jovens são fortemente associados à “migração”, mas, nesse caso, menos como estratégia familiar, e mais como um “problema” de desinteresse pela “vida rural”, gerando uma descontinuidade da “vida no campo” e da produção familiar. (p. 439)

Assim, era necessário levantar junto aos meus entrevistados os motivos que os levaram – ou os levam – a permanecer ou a sair das propriedades. Para isso, lancei o seguinte questionamento: “O que motivou a permanecer na propriedade dos pais/ a sair da propriedade dos pais/ a estudar/ a trabalhar? No quesito permanência (ou não), interessava-me ouvir sobre o incentivo dos pais à permanência e sobre a abertura para que eles pudessem trabalhar na UFP para gerar renda própria, assim como para a aplicação de novas tecnologias objetivando aumentar a renda familiar. Em uma pesquisa realizada com jovens no Oeste catarinense, Silvestro, Abramovay et al. (2001) afirmam que “é ainda muito precária a autonomia dos jovens no interior da família, poucos tem recurso, iniciativas próprias e até uma conta bancária. (pg. 166) Recentemente, GVces/ FGV-EAESP (2016) afirma que, muitos dos jovens olham para o trabalho assalariado dos centros urbanos como uma saída viável em direção à autonomia material desejada, livrando-se dos riscos intrínsecos relacionados à agricultura. (p.23) Recorrendo as ideias de Stropasolas (2006), avalio que muitos jovens veem uma recusa à sua condição de agricultor e acabam procurando as sedes dos

municípios da região, seja para procurar trabalho remunerado seja para dar continuidade aos estudos.

Meus resultados, contudo, estão em sintonia com aqueles alcançados por Weisheimer (2009), indicando que a permanência dos jovens está associada ao “gosto” pelas atividades agrícolas e pelo trabalho em família, à valorização da qualidade de vida, pela possibilidade de conciliar “trabalho na propriedade” com estudo ou outro trabalho, pelas oportunidades que podem se abrir com o esvaziamento do campo e pela consequente melhoria de renda para os que nele permanecerem.

A partir do diálogo realizado com os autores acima mencionados, apresento uma sequência de depoimentos dos entrevistados que considere importantes para minha análise.

Porque gosto de trabalhar com meus familiares e porque eu vejo oportunidade no campo. Porque a maioria dos jovens pensa em trabalhar ou estudar e, futuramente, acredito que possa dar problemas com a saída da grande maioria dos jovens. (Jovem 2, M, 26 anos)

Permaneço na propriedade por escolha. Gosto das atividades que realizamos na propriedade. Também, assim, estou junto da minha família e ainda tenho a oportunidade de conciliar estudo e trabalho, sem sair de junto da família e propriedade. (Jovem 1, F, 25 anos)

[Retornei para a UFP, pela] vontade de ficar perto da família e ajudar meus pais na propriedade, de voltar para terra natal e para o sossego, ter uma qualidade de vida melhor em relação à alimentação, iniciar a vida profissional – docência - em um local que fizesse mais sentido ao curso de graduação no qual me formei. (Jovem 15, F, 23 anos)

No momento, não estou mais na propriedade dos meus pais. Mas, meio logo, pretendo voltar. Porque vejo que na agricultura tem muito mais renda que trabalhar de empregado. E como a propriedade dos meus pais vai ficar para mim, preciso investir e dar quem sabe um futuro melhor para meus filhos. (Jovem 12, F, 19 anos)

Acredito que na agricultura, nos dias de hoje, talvez seja um dos melhores lugares para se trabalhar. Se formos comparar aos tempos de nossos avós mudou muito. Nos dias de hoje, a agricultura está muito mais moderna, existem equipamentos agrícolas que facilitam a vida do homem do campo. E, com o êxodo rural aumentando cada vez mais, acaba agregando mais valor aos produtos agrícolas. Sorte de quem permanecerá no campo. (Jovem 6, M, 27 anos)

Os relatos indicam uma preocupação com um possível esvaziamento do campo e da falta de sucessão nas UFP, mas, que os jovens ainda se sentem atraídos pelas atividades do campo, que sentem vontade de permanecer junto à família e que, embora ainda exibam pontos negativos, a agricultura se apresenta como uma atividade promissora e o campo como um dos melhores lugares para trabalhar.

Há, contudo, aqueles que pretendem seguir outras profissões e veem a “propriedade dos pais” como um local para aguardar novas oportunidades de trabalho.

No momento, trabalho juntamente com meus pais, na propriedade, pois conclui o curso técnico e até o momento não consegui emprego na área. (Jovem 4, M, 23 anos)

Questionados sobre os motivos da permanência ou não na propriedade, os entrevistados apontam que a não permanência está mais associada à continuidade dos estudos e, em alguns casos, à busca de novas oportunidades de trabalho e de independência financeira.

O que me motiva a sair é a possibilidade de mais estudo e mais variedade de emprego. (Jovem 3, F, 17 anos)

Pretendo cursar o ensino superior e, dependendo da instituição que eu for cursar, terei que sair da propriedade de meus pais. (Jovem 16, F, 15 anos)

[O que me motiva a sair da propriedade é a] busca de novas oportunidades e de independência financeira. (Jovem 11, M, 21 anos)

Em um depoimento é possível perceber que a sucessão, quando é definida, obedece ainda à regra de priorizar o gênero masculino.

Eu pretendo cursar uma faculdade após me formar no ensino médio, pois gosto de estudar e, até, porque meu irmão [...] já vai ficar na propriedade. (Jovem 9, F, 16 anos)

Com relação à saída para buscar independência financeira e continuidade de estudo, ressalte-se a inexistência de oportunidades de emprego no município.

Seguindo ainda minha proposta de análise, busquei ouvir dos entrevistados o que pensam sobre a agricultura familiar e o “funcionamento” das UFP. A pergunta que me orientou foi: “Como você vê o funcionamento da propriedade agrícola dos teus pais?” Meu ponto de partida são análises que são bem sintetizadas em GVces/ FGV-EAESP (2016). Tal estudo aponta que

as relações familiares do campo no Brasil são, de maneira geral, marcadas por uma estrutura patriarcal, em que as decisões e gestão da propriedade estão muitas vezes centralizadas pela figura masculina do chefe da família, que pode ser o pai ou o avô. Aos mais jovens restam atividades paralelas à gestão, não menos importantes, mas que não aproveitam o potencial ou a vocação empreendedora de muitos deles. (p.24).

Dizendo de outra forma, se o jovem se sentir parte da “propriedade”, conhecendo o seu funcionamento e participando da gestão (e não apenas do trabalho) – não se verá como um “ajudante”. Não foi, contudo, exatamente isso o que meus entrevistados relataram. As respostas deles indicam uma sintonia com o que Weisheimer (2009) levantou. Recorde-se que, para este autor, o fundamental neste debate é reconhecer que a formação e a capacitação dos jovens para se tornarem agricultores se realizam através das práticas cotidianas do trabalho familiar.

E, do ponto de vista da análise sociológica, é necessário perceber que é o domínio sobre esse saber fazer da agricultura e na agricultura, e não apenas a idade do sujeito, que constitui a base para seu reconhecimento como agricultor pleno, capaz de construir uma nova família e dirigir uma unidade produtiva independente. Deste modo, o processo de trabalho constitui-se no espaço privilegiado de socialização das novas gerações na lógica do trabalho e da produção agrícola. Este se

configura no meio objetivo no qual se inserem os jovens e que possibilita a sua representação social como jovem agricultor familiar. (WEISHEIMER, 2009, p.112)

Para ilustrar como a análise de Nilson Weisheimer reflete o que afirmaram os meus entrevistados, destaco alguns depoimentos:

Uma propriedade requer muito planejamento e decisão, não é fácil administrar uma propriedade. Uma dificuldade é por que vejo pouco incentivo ainda para a agricultura. A Vantagem é que sempre estamos juntos dos familiares e somos donos dos nossos próprios negócios. (Jovem 2 M, 26 anos)

Apesar de ter pouca atividade agrícola em nossa propriedade, vejo como algo interessante, pois além de ser uma fonte de alimentos contribui com a renda e é também um local de aprendizado. Para executar as atividades dentro da propriedade é preciso conhecer o funcionamento delas e estudá-las. (Jovem 16, F, 15 anos)

A propriedade agrícola de meus pais produz de maneira diversificada, de forma agroecológica e agrega valor aos seus produtos. O jovem tem a vantagem de buscar novos conhecimentos e novas tecnologias para aplicar na propriedade. (Jovem 17, F, 16 anos)

Vejo que a propriedade está se transformando cada dia mais, buscando novas alternativas para reduzir custos e se tornar rentável. (Jovem 6, M, 27 anos)

A propriedade agrícola dos meus pais é vista por mim como algo complexo, principalmente por se tratar de propriedade rural familiar. Complexa porque são desenvolvidas diversas atividades com diversas fontes de renda, faltando assistência técnica em muitas das atividades e a não garantia de venda de muitos produtos são algumas desvantagens da agricultura familiar regional no momento. A propriedade familiar necessita de planejamento diário e isso exige das pessoas inseridas na mesma, pensar, pois diariamente

surgem questões a serem resolvidas que não tinham ocorrido anteriormente e não há um manual técnico demonstrando de como proceder para solucionar muitas destas questões, então saber lidar com os problemas diários é um aprendizado prático que não se aprende dentro de uma sala de aula com base teórica. (Jovem 5, M, 25 anos)

O que observei nos depoimentos é que existe interesse por parte dos jovens pela agricultura familiar, que eles reconhecem vantagens nas novas tecnologias, que as propriedades estão se transformando e que há uma necessidade de que elas sejam planejadas. Ou seja, percebi a construção de um novo olhar sobre a agricultura familiar.

Nesse sentido, é importante considerar o que afirma a pesquisa realizada pela GVces/ FGV-EAESP (2016):

Os jovens em suas jornadas de trabalho agrícola têm muitas vezes um trabalho rigorosamente estabelecido, esses são trabalhos pesados e árduo, fazendo assim, muitos jovens desistir de permanecer na propriedade e no trabalho agrícola. Os jovens sabem ainda, que com o passar do tempo, ou melhor, que nos próximos anos o ser agricultor familiar certamente demandará uma série de habilidades que ultrapassam os saberes produzidos por eles, assim vão à procura dos centros urbanos, com trabalhos mais leves e salário fixo e garantido. Vão à busca de autonomia, aos sonhos relacionados ao consumo material e simbólico. (p.22)

Este foi o foco de parte do meu roteiro de entrevista: saber o que leva os jovens a sair ou ficar na propriedade e o que pensam para o futuro. Para isso me utilizei de duas questões: “No que o funcionamento da propriedade agrícola influenciou as tuas escolhas que levaram ao que você faz hoje?” “O que você acha que leva os jovens a sair da propriedade rural dos pais e da localidade rural e não voltar mais?”.

A partir das respostas apresentadas, verifiquei que os jovens acabam indo em busca de novas oportunidades pelo fato do pai não deixar o filho fazer parte das decisões que envolvem a propriedade e pela ausência de debate sobre a sucessão familiar. Outro ponto que os leva a abandonar a propriedade é a falta de uma renda para suprir os desejos de consumo de um jovem.

Os resultados indicam que a pretensão de sair da propriedade se dá principalmente pela falta da participação efetiva do jovem nas decisões e pela não participação nas receitas financeiras. Ou seja, o trabalho do jovem na propriedade não é reconhecido como trabalho, apenas como ajuda. Para ilustrar os diferentes olhares sobre permanecer ou sair da propriedade seguem depoimentos de jovens que pretendem sair.

Maiores oportunidades de emprego e salários mais altos e também maiores acessibilidade a lugares e comércios. (Jovem, 3, F, 17 anos)

O trabalho pesado e a falta de oportunidade disponíveis no meio rural. (Jovem 16, F, 15 anos)

Talvez seja a falta de ter uma renda ou uma porcentagem do dinheiro que se consegue do trabalho na propriedade. Também não poder se impor o que é dado pelo pai ou da mãe do que deve ser feito, precisa ser seguido, ou pelo fato de não gostar mesmo do meio rural e ver mais oportunidade nos centros urbanos. (Jovem 11, M, 21 anos)

Pude observar que mesmo os que pretendem ficar percebem que a maior causa do abandono da propriedade se dá pela falta de incentivo da família. O depoimento que segue é de um jovem que resistiu e permaneceu. Ele destaca que hoje as oportunidades de permanecer são outras.

Muitos jovens saem das propriedades por não ter incentivo talvez da família. Sei que muitos que deixaram as propriedades rurais se pudessem hoje estavam de volta, anos atrás era difícil de trabalhar na agricultura, mas hoje já se consegue muitos recursos para as propriedades rurais. (Jovem 12, F, 19 anos)

Após verificar o que pensam os jovens do Rio do Meio sobre as relações familiares para a permanência ou não no campo, passei a questioná-los sobre a influência que a escola exerceu em suas vidas para a permanência na UFP. Weisheimer (2009) ressalta um descompasso entre o ensino formal, que tem como paradigma as sociedades urbanas industriais, e as necessidades específicas dos jovens que vivem no campo e da agricultura em particular. (p.191). Mais do que isso, o autor aponta que

os jovens agricultores manifestam opiniões frequentemente ambíguas sobre a escola. Se, de um lado, esta aparece como um espaço de aprendizado, de convivência com outros jovens e de possibilidades de interação que isto propicia; por outro, ela se coloca como um ambiente hostil à instituição de valores gerados a partir da socialização realizada nas práticas da unidade de produção familiar, produzindo estranhamento e desconforto social. Outros, ainda, atribuírem importância ao conhecimento escolar, mas o considera insuficiente para garantir sua inserção no mercado de trabalho. Com efeito, os próprios resultados da escolarização são, frequentemente, questionados pelos entrevistados. Eles atribuem sentidos à socialização escolar que não se limitam aos pretendidos pela lógica da inserção produtiva. (p. 202)

Como forma de conhecer a concepção que estes jovens têm em relação ao papel da escola nas decisões deles, propus uma pergunta ampla aos entrevistados: Como você vê a escola? As respostas foram, todavia, também muito gerais e meramente reconheciam a importância da escola para a difusão de “bons” e “novos” conhecimentos, do “convívio em sociedade” e da “aprendizagem para a vida”.

A escola é um lugar onde aprendemos a conviver em sociedade, onde aprendemos muitas coisas boas e importantes. (Jovem 2, M, 26 anos)

[A escola] sendo um lugar no qual sempre estamos buscando adquirir novos conhecimentos, melhor será a relação entre as pessoas, tanto na escola como na sociedade. (Jovem 1, F, 25 anos)

Vejo a escola como uma parte de nossas vidas, onde adquirimos grandes ensinamentos, tanto para a aprendizagem quanto para a vida. (Jovem 3, F, 17 anos)

Vejo ela [escola] como um local de aprendizagem. Também de convívio e interação, por maioria dos meus amigos são também meus colegas. (Jovem 16, F, 15 anos)

Apenas, um dos entrevistados, que é estudante universitário, apresentou uma postura menos complacente:

A escola é muito importante para a formação dos cidadãos, independente de onde se queira trabalhar no futuro. Mas, na minha opinião, ela poderia incentivar os alunos a serem mais críticos e reflexivos. (Jovem 20, F, 21 anos)

Também procurei saber o que os entrevistados dizem sobre a influência da escola nas escolhas que eles fizeram para suas vidas. Alguns indicam a importância dela:

Na verdade, ela [a escola] não me influenciou em nada. Fiquei [na propriedade] porque vi oportunidade. A escola, muito pelo contrário, influencia muitas vezes ainda o pessoal a fazer faculdade. (Jovem 2, M, 26 anos)

A escola mostra diversos caminhos possíveis a se seguir. Então, quando nos identificamos com uma das áreas [que] nos [são] apresentadas durante o período de estudo, a seguimos. (Jovem 5, M, 25 anos)

Sempre vi a escola como o princípio de cidadania. Por que é nela que se formam cidadãos. (Jovem 4, M, 23 anos)

Concordo que a escola é um aprendizado para o convívio e para a vida, mas, como venho percebendo, ela está cada vez mais centrada na capacitação dos estudantes para o desempenho de funções sociais pautadas pela inserção no mercado de trabalho, inclusive deixando de lado as atividades produtivas mais ligadas ao campo. De qualquer forma, estudos sistematizados por Weisheimer (2005) indicam que, em que pese as deficiências do sistema escolar, as populações rurais reconhecem a importância da escola para a difusão de conhecimentos necessários aos agricultores familiares e demais populações rurais. Por fim, uma questão final foi posta para ter uma sinalização mais clara das perspectivas dos jovens entrevistados em um futuro próximo: Como você se vê daqui cinco anos?

Essa é uma pergunta difícil. Eu gostaria de ficar morando no meio rural, mas não trabalhar diretamente na agricultura. Eu espero conseguir um bom emprego. (Jovem 20, F, 21 anos)

Daqui cinco anos, me vejo com minha propriedade quase toda organizada para a

produção de leite que é o que estou investindo no momento. (Jovem 12 F, 19 anos)

Me vejo formado no curso de relações internacionais e trabalhando na área de comércio exterior. (Jovem 18, M, 18 anos)

Eu pretendo estar me formando na faculdade e conseguir seguir uma sucedida carreira na minha profissão. (Jovem 17, F, 16 anos)

Como um dos focos de minha análise é a escola e como as respostas na primeira etapa não permitiram uma percepção clara das visões dos entrevistados sobre ela, decidi, juntamente com meu orientador, introduzir mais uma etapa, ainda utilizando uma rede social. Desta vez utilizando uma escala de pesquisa que permitisse obter respostas mais ricas e precisas de meus entrevistados. Preparei a escala de concordância com cinco pontos, descrita a seguir.

Atenção para as cores do quadro

O Verde significa uma visão positiva (claro = mais fraca e escuro = mais forte) do papel da escola

O vermelho uma visão negativa (laranja = mais fraca e vermelho = mais forte) do papel da escola

A escola me estimula/estimulou a permanecer na agricultura porque os professores de Ciências da Natureza tratam/trataram de questões relacionadas ao trabalho agrícola

Discordo totalmente Discordo parcialmente Não concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

Discordar significa achar que a escola desestimulou / Concordar significa achar que a escola foi estimulante



A escola me estimula/estimulou a permanecer no meio rural porque os professores de Ciências da Natureza tratam/trataram de questões relacionadas ao campo e aos recursos naturais locais.

Discordo totalmente Discordo parcialmente Não concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

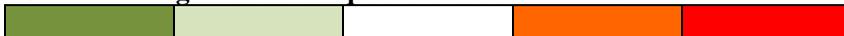
Discordar significa achar que a escola desestimulou / Concordar significa achar que a escola foi estimulante



A escola NÃO me estimula/estimulou a permanecer na agricultura porque os professores de Ciências da Natureza mesmo tratando de questões relacionadas ao trabalho agrícola o faziam de forma desinteressante e pouco ligada à realidade.

Discordo totalmente Discordo parcialmente Não concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

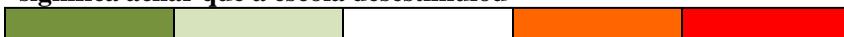
Discordar significa achar que a escola foi estimulante / Concordar significa achar que a escola desestimulou



A escola NÃO me estimula/estimulou a permanecer no meio rural porque os professores de Ciências da Natureza mesmo tratando de questões relacionadas ao campo e aos recursos naturais locais o faziam de forma desinteressante e pouco ligada à realidade.

Discordo totalmente Discordo parcialmente Não concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

Discordar significa achar que a escola foi estimulante / Concordar significa achar que a escola desestimulou



A escola NÃO me estimula/estimulou a permanecer na agricultura porque os professores de Ciências da Natureza NÃO trabalharam questões relacionadas ao trabalho agrícola.

Discordo totalmente Discordo parcialmente Não concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

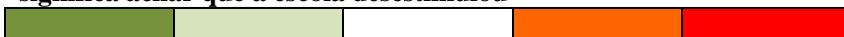
Discordar significa achar que a escola foi estimulante / Concordar significa achar que a escola desestimulou



A escola NÃO me estimula/estimulou a permanecer no meio rural porque os professores de Ciências da Natureza NÃO trabalharam questões relacionadas ao campo e aos recursos naturais locais.

Discordo totalmente Discordo parcialmente Não concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente

Discordar significa achar que a escola foi estimulante / Concordar significa achar que a escola desestimulou



2.2 JOVENS E SUAS VISÕES SOBRE A ESCOLA

Nesta etapa, obtive respostas valiosíssimas para balizar a escolha de apenas seis jovens, para poder aprofundar a pesquisa. Com o recebimento dos questionários preparei uma tabela síntese que me ajudasse na análise e na escolha de entrevistados representativos e que, ao mesmo tempo, cobrissem a diversidade/riqueza de situações e posicionamentos em relação à escola.

			Escola me estimula/estimulou a permanecer na agricultura Tratou trabalho agrícola	Escola me estimula/estimulou a permanecer no meio rural Tratou de campo e recursos naturais.	NÃO me estimula/estimulou a permanecer na agricultura Trabalho agrícola de forma desinteressante	NÃO me estimula/estimulou a permanecer no meio rural Campo e recursos naturais de forma desinteressante	NÃO me estimula/estimulou a permanecer na agricultura NÃO tratou trabalho agrícola.	NÃO me estimula/estimulou a permanecer no meio rural NÃO tratou campos.
Homens Permanecer em SRL	Jovem 2, 26 anos	propriedade e na agricultura						
	Jovem 8, 19 anos	propriedade e na agricultura						
	Jovem 7, 17 anos	propriedade e na agricultura						
	Jovem 10, 23 anos	propriedade e não agrícola						
	Jovem 21, 18 anos	propriedade trab. fora dela e não agrícola						
	Jovem 18, 18 anos	propriedade trab. fora dela e não agrícola						
	Jovem 11, 21 anos	interior de SRL e não agrícola						

			Escola me estimula/estimulou a permanecer na agricultura tratou trabalho agrícola	Escola me estimula/estimulou a permanecer no meio rural Tratou de campo e recursos naturais.	NÃO me estimula/estimulou a permanecer na agricultura trabalho agrícola de forma desinteressante	NÃO me estimula/estimulou a permanecer no meio rural campo e recursos naturais de forma desinteressante	NÃO me estimula/estimulou a permanecer na agricultura NÃO tratou trabalho agrícola.	NÃO me estimula/estimulou a permanecer no meio rural NÃO tratou campos.
Homens Sair de SRL	Jovem 19, 22 anos	fora de SRL e não agrícola pequeno município da região						
	Jovem 6, 27anos	fora de SRL e não agrícola médio município da região						
	Jovem 4, 23 anos	fora de SRL e não agrícola médio município da região						
	Jovem 5, 25 anos	fora de SRL não agrícola grande cidade fora da região						
	Jovem 13, 22 anos	Não respondeu Q2.						

			Escola me estimula/estimulou a permanecer na agricultura tratou trabalho agrícola	Escola me estimula/estimulou a permanecer no meio rural Tratou de campo e recursos naturais.	NÃO me estimula/estimulou a permanecer na agricultura trabalho agrícola de forma desinteressante	NÃO me estimula/estimulou a permanecer no meio rural campo e recursos naturais de forma desinteressante	NÃO me estimula/estimulou a permanecer na agricultura NÃO tratou trabalho agrícola.	NÃO me estimula/estimulou a permanecer no meio rural NÃO tratou campos.
Mulheres ficar em SRL	Jovem 12, F. 19 anos	na propriedade e na agricultura						
	Jovem 1, 25 anos	na propriedade e na agricultura + atividade não agrícola (Professora)						
	Jovem 14, 24 anos	interior de SRL e na agricultura						
	Jovem 15, 23 anos	na propriedade trabalhando fora não agrícola						
	Jovem 20, 21 anos	na propriedade trabalhando fora não agrícola						
	Jovem 17, 16 anos	na propriedade trabalhando fora não agrícola						
	Jovem 16, 15 anos	na propriedade trabalhando fora não agrícola						

			Escola me estimula/estimulou a permanecer na agricultura tratou trabalho agrícola	Escola me estimula/estimulou a permanecer no meio rural Tratou de campo e recursos naturais.	NÃO me estimula/estimulou a permanecer na agricultura trabalho agrícola de forma desinteressante	NÃO me estimula/estimulou a permanecer no meio rural campo e recursos naturais de forma desinteressante	NÃO me estimula/estimulou a permanecer na agricultura NÃO tratou trabalho agrícola.	NÃO me estimula/estimulou a permanecer no meio rural NÃO tratou campos.
Mulheres Sair de SRL	Jovem 3, 17 anos	fora de SRL não agrícola médio município da região						
	Jovem 9, 16 anos	fora de SRL não agrícola médio município da região						

Com base na análise da tabela, consegui chegar aos seis jovens a serem entrevistado direta e presencialmente: três moças e três rapazes. O Quadro Síntese, a seguir, ajuda a visualizaçãõ.

Quadro 3: Síntese das respostas à Etapa 2 do questionário via rede social dos seis entrevistados selecionados para a Etapa 3

		Escola me estimula/estimulou a permanecer na agricultura Tratou trabalho agrícola	Escola me estimula/estimulou a permanecer no meio rural Tratou de campo e recursos naturais	NAO me estimula/estimulou a permanecer na agricultura Trabalho agrícola de forma desinteressante	NAO me estimula/estimulou a permanecer no meio rural Campo e recursos naturais de forma desinteressante	NAO me estimula/estimulou a permanecer na agricultura NAO tratou trabalho agrícola.	NAO me estimula/estimulou a permanecer no meio rural NAO tratou campos.
Jovem 2	na propriedade na agricultura						
Jovem 5	fora de SRL não agrícola grande cidade fora da região						
Jovem 9	fora de SRL não agrícola meio município da região						
Jovem 12	na propriedade na agricultura						
Jovem 15	na propriedade trabalho fora não agrícola						
Jovem 18	na propriedade trabalho fora não agrícola						

A primeira seleção foi óbvia. O Jovem 18 (masculino, 18 anos) tem a posição mais favorável à escola, considerando-a estimulante tanto para a permanência no campo, quanto para atividade agrícola (cor verde). Já a Jovem 15 (feminino, 23 anos), tem a posição mais crítica em relação à escola (laranja e vermelho). Os outros posicionamentos são, todos, mais nuançados. Procuramos por isso combinar, além dos posicionamentos, sexo, idade (ou maturidade) e as situações de residência, trabalho e estudo, de forma a constituir um grupo de entrevistados o mais heterogêneo possível. Assim, o Jovem 2 (masculino, 26 anos), afirma que a escola não é estimulante nem para a permanência no campo, nem para atividade agrícola, mas continuou, com convicção, no campo e na atividade agrícola. O Jovem 5 (masculino, 25 anos), também mais maduro, afirmou que a escola é estimulante tanto para a permanência no campo, quanto para atividade agrícola e não mora mais na UFP, nem no município, faz curso superior em outro estado e afirma pretender trabalhar fora da agricultura e viver em uma grande cidade fora da região. Com relação às moças, a Jovem 9, com apenas 16 anos, tem uma posição ambígua em relação aos estímulos da escola. Ela relata que “ajuda em casa”, mas sua preferência é estudar. Afirma ter “outros sonhos” e não querer permanecer nem na agricultura nem no município. Finalmente, a Jovem 12 tem uma avaliação de que a escola é desestimulante tanto para a permanência no

campo quanto na atividade agrícola (cor laranja), mas considera que ela tratou de assuntos relativos ao campo (cor verde). Apesar de ter 19 anos é bastante madura. Com 16 anos, saiu da UFP para trabalhar “fora” (no setor de serviços alimentícios). Hoje, com um vínculo conjugal estável, voltou à UFP, assumindo a sua sucessão, para realizar atividade agrícola (pecuária de leite).

Minhas escolhas foram, desta forma, ancoradas no conjunto das respostas das duas etapas realizadas via rede social. Pude, assim, passar para as entrevistas diretas e presenciais. Este é um segundo momento da minha pesquisa.

2.3 PESQUISA SEMIESTRUTURADA

Inicialmente, construí um roteiro para uma pesquisa semiestruturada (ver Anexo 3 e texto a seguir). A partir de minha experiência vivida na comunidade, das relações estabelecidas com o “grupo de jovens” local e, até, da convivência direta com os jovens selecionados para as entrevistas, eu esperava uma conversa mais aberta e procurei deixar espaço para a manifestação dos entrevistados. Verifiquei, porém, que predominou uma sessão de perguntas e respostas. Quatro das entrevistas foram realizadas na casa dos jovens. Uma foi realizada na escola onde a jovem trabalha e outra, via Skype (software que possibilita comunicações de voz e vídeo via Internet), já que o jovem estuda fora do município. As entrevistas foram sempre privadas (sem a presença de outras pessoas) e gravadas com o auxílio de um aparelho celular/smartphone. Depois, foram feitas as degravações. Avalio que os resultados foram suficientes para me permitir uma análise e uma discussão sobre o centro de nosso problema de pesquisa.

2.3.1 Agricultura Familiar e as perspectivas dos jovens

Inicialmente, procurei saber dos jovens a inserção deles na agricultura familiar. Para isso elaborei a seguinte questão: O que fazem seus pais? Eles são agricultores familiares? Os resultados apontaram que todos os pais trabalham na agricultura familiar, em serviços agrícolas ligados às produções de leite, fumo ou reflorestamento, entre outras. Em seguida, perguntei o que para eles é agricultura familiar. Para os entrevistados, a agricultura familiar é “trabalho no campo”, “na agricultura”, ou “na roça”, na maioria das vezes, realizado “em conjunto pelas pessoas da família” e, se for necessário, com a contratação eventual de empregados por alguns dias para “ajudar a família” a dar

conta das atividades. Estas definições se harmonizam com o que afirma Weisheimer (2009),

O trabalho familiar é o elemento central da reprodução da agricultura familiar. Neste sentido, toda a força de trabalho da família tende a ser direcionada e organizada para a realização do trabalho agrícola. (p.172)

Considerando que a agricultura familiar é a combinação de propriedade ou posse da terra e das ferramentas, trabalho e gestão pelos membros da família, destaco que a gestão, que é uma questão que me parecia central para os jovens, não foi mencionada pelos entrevistados. Isso tornou mais pertinente a questão seguinte que procurava saber dos entrevistados o papel exercido pelos – ou a posição dos – pais e jovens na propriedade. Segui, mais uma vez, as considerações de Weisheimer (2009), que

vê as tarefas relativas à administração da unidade produtiva como indicador das posições superiores na hierarquia familiar e percebe que os pais ocupam a posição de maior autoridade na gestão do trabalho e de seus resultados no interior do grupo familiar. (p.187)

Os depoimentos indicam que a administração da unidade familiar continua seguindo uma hierarquia, na qual o pai exerce o papel principal. Em alguns depoimentos já se percebe o início de uma abertura de diálogo com os filhos. É o que se pode verificar nos relatos que seguem:

Meu pai é o cabeça da coisa. Ele que comanda. Os serviços mais pesados é eu e meu pai que fizemos. (Jovem 2, M, 26 anos)

Algumas vezes, a gente – eu e meus dois irmãos – participava das tomadas de decisão. Mas, era menos. Há sete anos, quando eu ainda estava em casa, a participação era menor nas tomadas de decisão. Hoje, quando meus irmãos estão em casa e já são mais velhos, têm uma participação maior nas tomadas de decisão da propriedade. (Jovem 5, M, 25 anos)

Agora que estou voltando pra propriedade, a gente conversa para tomar as decisões, eu, o pai e

*a mãe, e meu namorado. Aí, a gente decide.
(Jovem 12, F, 19 anos)*

Como se pode perceber, os jovens já estão conseguindo obter um pequeno envolvimento nas decisões. O que vale ressaltar, é que os que estão “em casa” e “ajudando” a tomar decisões, trabalham na propriedade e vão “tocá-la” no futuro.

Sobre o trabalho agrícola dos jovens, destaco que eles mesmos consideram como “ajuda”, portanto não igual ao trabalho do pai, que é o “chefe” da propriedade.

Eu ajudo mais no leite. Alguns dias, quando não estou aqui [na escola] dando aula, aí, eu ajudo em casa. (Jovem 15, F, 23 anos)

Na propriedade, eu ajudo meu pai com as abelhas, cuidando, tratando, separando. E fora dela, eu estudo. (Jovem 18, M, 18 anos)

Eu, em casa, ajudo a tirar o leite. Quando estou em casa, ajudo no serviço de casa. (Jovem 9, F, 16 anos)

Os depoimentos confirmam que todos se veem como uma “ajuda”, em casa ou na propriedade, e não como um trabalho real, um trabalho realizado por eles e com autoridade. O controle é todo do pai, tanto sobre os filhos quanto sobre a esposa. Stropasolas (2006) afirma que no que se refere ao trabalho, as mulheres agricultoras são vistas simplesmente como uma ajuda na propriedade, pois há uma subordinação feminina à esfera masculina. As mulheres ainda eram prejudicadas na herança, pelo fato de que a partir do momento em que se casassem, fariam parte de outra família. Assim, recebiam terra apenas se nenhum outro filho do sexo masculino se interessasse pela mesma. Ainda seguindo o autor, as mulheres são submetidas a ficar em casa todo o tempo, sendo que o homem pode sair nos finais de semana, para ir ao “boteco” e passar o tempo. Todo esse quadro, faz com que a grande maioria das jovens do campo procurem migrar para a centros urbanos, para continuar os estudos e/ou para poder construir uma família em moldes diferentes. (STROPASOLAS, 2006)

Neste ponto, Weisheimer (2009) também contribui, ao afirmar que

o pai é quem encarna o trabalho agrícola, logo o resultado do trabalho ali realizado é trabalho dele; a esposa, os filhos e as filhas, mesmo desempenhando tarefas fundamentais à produção, como no preparo do solo, no plantio e na colheita,

apenas “ajudam”. Como resultado, os mais jovens e as mulheres enfrentam resistência para obter seu reconhecimento enquanto agricultores. (p.187)

Essa tensão entre trabalho e “ajuda” aparece em outros depoimentos dos meus entrevistados:

Tirando os quatro anos que saí para estudar, eu trabalhei minha vida toda na agricultura. Claro que não nas coisas muito pesadas, porque eu estudava. Ajudava na produção de leite e mais no serviço de casa, na faxina e fazer o almoço. (Jovem 15, F, 23 anos)

Estou desde dos 15 anos, ajudando na propriedade. Trabalhar, a gente tem que trabalhar. Não que trabalhar na agricultura é tão bom. Mas, aqui, a gente está mais sossegado. Se ficar doente, daí não tem problema de ficar parado. Se está de empregado, tem que ter satisfação disso. (Jovem 2, M, 26 anos)

Já ajudo em casa desde que fiquei maiorzinha. Acho importante o trabalho na agricultura. E muita gente está preferindo ir para a cidade. Mas, sem a agricultura, sem os alimentos, não se pode viver. (Jovem 9, F, 16 anos)

Note-se que os entrevistados mencionam que realizam as atividades agrícolas há muito tempo. Apontam a importância do campo, da agricultura e da produção de alimentos, assim como indicam o “peso” dessas atividades e alguns graus de liberdade que elas trazem. No geral, eles apontam que o trabalho do agricultor precisa ser valorizado. Com base nas entrevistas que realizei, posso considerar que poucos jovens do campo perderam o vínculo e o respeito com a agricultura familiar. A fala da jovem 15 indica o incômodo com o preconceito em relação às pessoas do campo:

Reconhecimento da sociedade é bem pouco. Quase nulo. Acho que tem muita discriminação, ainda. Ah, porque o povo que trabalha no campo não tem estudo, não é inteligente... Principalmente, o pessoal que mora em cidade tem preconceito com as pessoas do campo. (Jovem 15, F, 23 anos)

Outro entrevistado afirma, contudo, que até mesmo os jovens do interior não reconhecem o valor da agricultura e dos agricultores:

Da minha geração, só tem mais eu. Os outros saíram tudo. Então, pelo jeito, não tem reconhecimento. (Jovem 2, M, 26 anos)

Como uma jovem do campo, posso seguir as falas dos meus entrevistados. Sinto que ainda há muito preconceito em relação a nós, “colonos”. Pelo jeito de se vestir, pelo modo de falar e, até, pelo modo de agir, as pessoas têm olhares diferentes sobre nós. Muitas vezes quando estive “na cidade”, precisei ouvir: “viesse do interior...”, “dá pra ver que é da roça...”, “ê, bicho do mato...” Se, antes, eu me sentia ofendida, hoje não tenho vergonha de falar de onde sou e onde eu moro.

2.3.2 Escola e as perspectivas dos jovens

Nessa parte da entrevista, procurei saber se a escola influenciou na escolha que meus entrevistados vão fazer ou fizeram para suas vidas, buscando exemplos do que a escola trabalhava (ou não) com relação à agricultura familiar. Como forma de “explorar” meus entrevistados lancei a seguinte pergunta: A escola o estimulou ou desestimulou a permanecer na agricultura? De que forma?

É importante verificar o tipo de valorização que ela [escola] recebeu ou recebe localmente, ao longo do tempo. Dizendo de outra forma, como uma sociedade basicamente composta por agricultores familiares – ou “colonos” – percebe a – e se comporta em relação à – educação formal de seus filhos, que basicamente se reproduziam socialmente como agricultores familiares. Weisheimer (2009) aponta que,

pesquisas em Ciências Sociais têm indicado que as possibilidades de reprodução do trabalho familiar – ou seja, o engajamento das novas gerações como agricultor – é, em grande parte, dependente das possibilidades profissionais ou de trabalho propiciadas pela escolarização. (p.190)

Início esta análise, considerando a fala de uma jovem da localidade do Rio do Meio que é Licenciada em Educação do Campo;

A escola é meio neutra sobre a agricultura e o campo. [Ela] não entra neste patamar. Nem o livro didático. Ele não apresenta essa relação

com agricultura e o campo. Aí, há a desinformação de professores, talvez, por não tentarem fazer essa ligação. (Jovem 15, F, 23 anos)

Continuando o raciocínio, destaco que dois jovens entrevistados por mim relataram que a escola não é estimulante para a permanência na agricultura e que, mais do que isso, muitas vezes, eles recebem o incentivo para “fazer uma faculdade” como forma de evitar o trabalho agrícola.

A escola não me estimulou em nada da agricultura. Geralmente, estimulava a fazer faculdade. Na época, lembro que a Unibave e a Unisul tiveram na escola, apresentando os cursos que eles tinham. E os professores falavam um pouco. Mas, não muita coisa. (Jovem 2, M, 26 anos)

De certa forma, ela desestimula a permanecer na agricultura. Porque eles influenciam, assim, nas outras profissões. Por exemplo, agora, vão levar a gente na feira das profissões. Então, acabam estimulando mais para fazer faculdade. (Jovem 9, F, 16 anos)

Já outro, relata que houve um incentivo gradativo da escola para a permanência na agricultura.

A escola não me desestimulou à permanência na agricultura. E houve um pequeno incentivo, talvez, no decorrer das disciplinas. Não um incentivo direto, mas, sim, com o conteúdo que era transmitido. Houve, sim, um incentivo gradativo à permanência na agricultura. (Jovem 5, M, 25 anos)

Ao analisar os relatos, podemos perceber que a escola, em geral, permaneceu alheia às questões do campo. Vale destacar que mesmo não sendo o foco da pesquisa, cabe aqui uma reflexão sobre a formação inicial dos professores e o papel das instituições formadoras neste processo. A pesquisa aponta que houve uma preocupação por parte da escola em incentivar os jovens a continuarem seus estudos, mas esqueceu ou até discriminou o trabalho do campo. Observa-se que o jovem que mencionou receber incentivo a permanecer na agricultura optou por continuar os estudos.

Pesquisa realizada pela GVces/ FGV-EAESP (2016) ressalta que,

um dos processos que ganha espaço atualmente nas discussões sobre agricultura familiar é a preocupação com a evasão da juventude em direção aos centros urbanos, em busca de aumento ou estabilidade da renda e de melhores condições de sociabilidade. (p.14)

Essa situação é constatada, assim como nas entrevistas, em meu dia a dia. Por outro lado, em um dos depoimentos pude perceber que a escola pode desempenhar um papel importante na permanência dos jovens no campo.

Já [o curso superior de] educação do campo, fez entender o que é campo, o que é melhor, o que é pior. O que pode ser feito no campo para conseguir sobreviver, [para] ter salário. Mostrou que é possível permanecer no campo. Incentivou muito mais. Incentivou principalmente a qualidade de vida, produção de vida, segurança alimentar, educar para os povos do campo. (Jovem 15, F, 23 anos)

Esta jovem recém-formada relata que o curso de Educação do Campo mostrou como incentivar os alunos:

Eu acho que se não tivessem nos incentivado, como professores, nós não teríamos os pontos positivos e auxiliar os alunos a permanecer no campo, depois de formados em graduação. Porque tem cursos que podem fazer essa ligação, auxiliando na propriedade. (Jovem 15, F, 23 anos)

Em continuidade com a pesquisa/entrevista, a questão era saber se os professores faziam algum tipo de relação nas aulas de ciências da natureza com a agricultura familiar e o campo. As respostas foram negativas. Todos contaram que a escola trabalhava a forma tradicional, usando o livro didático. Destaco algumas falas:

Nós não fazíamos nenhuma visita a campo. Era dentro da sala, fazendo trabalho e prova, e deu. Ninguém dava bola em estimular. Ninguém queria saber o que ia fazer depois. Eles só faziam aquela aula que estava no livro e pronto. (Jovem 2, M, 26 anos)

Sobre a relação das aulas, eles não fizeram. Acredito que eles têm outro método, seguem o livro didático. Ou, não aprenderam na faculdade que pode se relacionar. Aí, acham que não é necessário. O que mais é relacionado é sobre os animais. Mas, de outras formas, não teve. Em relação a nada. E a gente acaba relacionando mais que os professores, porque como a gente conhece mais, né? (Jovem 9, F 16 anos)

Os professores trabalhavam mais fórmulas e outras coisas, do que da agricultura. Eles costumavam usar o livro didático. E ainda diziam que quem saísse [da agricultura] ia ter mais reconhecimento. E não relacionavam o nosso dia a dia com a escola. (Jovem 12, F, 19 anos)

Os jovens entrevistados apontam que não sentiam nem mesmo o reconhecimento, pelos próprios professores, por serem agricultores. Ao contrário, eles se sentiam discriminados:

Um tempo atrás, o que eles comentavam é que o agricultor era pobre, se vestia mal. Isso foi uma coisa que acabou me marcando. Acaba desestimulando. Mas, eu ainda quis permanecer. (Jovem 2, M, 26 anos)

Não permaneci na agricultura, mas acredito que se tivesse permanecido não seria pelo estímulo recebido pelo ensino fundamental. Aquele estímulo, talvez, de permanecer no meio rural, seria de outros fatores, mas não, como principal influência, da escola. Isso tenho praticamente certeza que não seria. (Jovem 5, M 25 anos)

Desestimulou bastante de ficar no campo e na agricultura, porque [diziam]: se trabalhar na cidade, eles vão reconhecer teu serviço e [tu] vai crescer na vida. Aí, a gente vai na ideia deles. Mas, com o tempo, a gente acaba percebendo que não é bem assim. Claro, que por um lado é bom [trabalhar] de empregado. Se, caso, estragar alguma máquina, não é a gente que paga. E, em casa, somos nós que temos que pagar e se virar. (Jovem 12, F, 19 anos)

Aqui, mais uma vez aparece uma defasagem na formação inicial dos professores. É preciso quebrar com o tabu de que o campo é lugar de atraso. Mas como desconstruir este conceito se os professores são formados nesta concepção? Os relatos mostram que além de não tratar do tema agricultura, ainda há uma forte discriminação entre os próprios sujeitos do campo. Os depoimentos seguintes são ilustrativos:

Nenhum momento a escola me estimulou e desestimulou a permanecer na agricultura ou no campo. Já no Cedejor [Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural], a gente tinha que fazer um projeto que a gente tinha que aplicar na propriedade. Não podia só fazer o projeto bonitinho, no papel, e deixar ali. Tinha que aplicar na propriedade. Aí, eu fui fazer. Porque eu gostava do campo. E, como tinha relação, fui fazer. A gente aprendia de tudo: piqueteamento, processamento de leite, abelha... Mostravam de tudo pra nós. Era a diversidade do campo, todo atividade do campo. Geralmente, era tudo voltado ao campo. Eles mostravam as vantagens e as desvantagens do campo. (Jovem 2, M, 26 anos)

Uma vez, a gente fez uma visita numa propriedade de leite. Ficamos uma manhã toda lá. Ele explicando como funcionava. Na hora, deu uma vontade de fazer aqui[produção]. Mas, na época, eu era muito nova. Não tinha nem como fazer. E agora deu certo, pra eu voltar e fazer. (Jovem 12, F, 19 anos)

Enquanto eu cursava o ensino fundamental, participava do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. No PETI, eram realizados muitos trabalhos: questões relacionadas ao trabalho dos jovens, a menores de idade em propriedades rurais. Talvez isso, de certa forma, acabasse desestimulando os jovens a permanecer no meio rural, devido ao baixo contato do jovem com o trabalho na propriedade. Então, talvez, isso dele saber que ele não poderia trabalhar na propriedade em certas atividades, causava uma comodidade nele. E isso, talvez, poderia ter influência, posteriormente, para que ele não realizasse a atividade ou permanecesse na

propriedade. Devido ao baixo contato com a rotina na propriedade. No meu caso, não vejo como maior problema. Mas, em outros jovens, poderia ser. (Jovem 5, M, 25 anos)

Confesso que fiquei chocada com os depoimentos que relatam a concepção dos professores em relação ao meio rural. Ao tratar do incentivo da escola para a permanência na propriedade e na agricultura o que aparece são outras formas de educação (Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural e Programa de erradicação do trabalho infantil) que desenvolviam atividades julgadas estimuladoras. O PETI é, ao mesmo tempo, visto com restrições, por retirar o adolescente do contato com os trabalhos na UFP. Apenas um entrevistado, a jovem mais nova, considera ter sido incentivada pela escola formal. Reforçando esta perspectiva, Stropasolas (2006) avalia:

É no período da adolescência que emergem os questionamentos entre filhos(as) de agricultores familiares: ficar na propriedade dos pais ou sair para estudar na cidade? Continuar sendo agricultor(a) ou mudar de profissão? Ao mesmo tempo, há um desejo, muitas vezes não manifesto, de que permaneçam, porque são parte integrante da força de trabalho da família ou porque os próprios pais almejam a segurança na velhice. Neste mesmo contexto, aparece hoje com mais intensidade a valorização do estudo, sinônimo de uma possível alternativa entre o trabalho fora do espaço rural, para o jovem, a família, e a trajetória social de ser colono. Antes mesmo de se colocar em relevo o que representa atualmente a educação para os jovens, é preciso explicitar as principais redefinições das representações deste conceito operadas pelas diferentes gerações de agricultores familiares. (p. 287-288)

Para finalizar, busquei saber se meus entrevistados querem ou não continuar estudando. Aqui é interessante destacar que apenas um, com 26 anos, não pretende mais estudar:

Não quero mais estudar. Acabou! Não pretendo estudar mais. (Agricultor, 26 anos)

Os demais demonstraram interesse em continuar os estudos, seja em cursos técnicos, seja no ensino superior:

Pretendo continuar estudando. Porque eu quero exercer uma profissão que eu goste e porque acho importante estudar, ter mais conhecimento. Quero fazer fisioterapia. (Jovem 9, F, 16 anos)

Eu pretendo, sim, dar continuidade aos meus estudos. Até porque, no início, quando eu saí do meio rural, de Santa Rosa de Lima, para estudar, os meus planos não eram continuar os estudos. Mas, como a gente não sabe o que acontece futuramente, as portas foram se abrindo, as oportunidades foram surgindo durante os meus estudos. E cada oportunidade que surgia eu ia abraçando. Então, eu fui adquirindo várias coisas e tive a oportunidade de continuar estudando. Eu acredito que já estou em um estágio no meu estudo que voltar para a propriedade não seria a melhor opção, no momento. Isso em relação ao curso que eu fiz. Até poderia, porque eu cursei agronomia e até um pouco de agropecuária. Então, são cursos que têm relação direta com agricultura. Poderia me estimular a voltar para o meio rural. Mas, posteriormente à graduação, tive outras oportunidades. Assim, minha melhor opção no momento é dar continuidade aos meus estudos. [Melhor] do que voltar à propriedade. (Jovem 5 M, 25 anos)

Pretendo dar continuidade nos meus estudos, na área de relações internacionais, quando terminar, sempre ir me preparando cada vez mais. (Jovem 18, M, 18 anos)

Eu tenho vontade de estudar. Mas, agora, como voltei para casa, tenho mais vontade de fazer uns cursos voltados à agricultura. Antes, eu tinha vontade de estudar administração. Mas, agora, não. Quero algo voltado ao campo, ao meu serviço. (Jovem 12, F, 19 anos)

Eu queria continuar estudando, me especializar mais sobre as áreas. Mas, no momento, eu não posso. Primeiro que estou auxiliando meus pais na propriedade. Segunda dando aula aqui [na

escola], e se fosse para estudar eu teria que me deslocar de santa rosa de novo, tentar a federal novamente, até por que não tenho um financeiro para conseguir estudar em uma [instituição] particular, no momento. Então, por enquanto, vou permanecer aqui e, quem sabe, um dia estudar de novo. (Jovem 15, F, 23 anos)

Após analisar os depoimentos dos meus entrevistados, consegui perceber que diversos fatores contribuíram e ainda contribuem para a permanência ou não dos jovens na UFP. Nota-se que a escola tanto pode contribuir como destruir o interesse ou a motivação de seus estudantes. No quesito influência da escola para a permanência dos jovens no campo, a pesquisa indica que ela desestimula fortemente a continuidade dos jovens na UFP e na agricultura. Outro fator que aparece para desestimular os jovens a permanecer na propriedade é a falta de incentivo da família nesse sentido. Desta forma, a pesquisa possibilitou uma reflexão sobre o papel que a escola e a família desempenham nas decisões dos jovens para a permanência ou não no meio rural. O que as entrevistas indicam é que a escola e a família continuam distantes e não dialogam, entre si, sobre os problemas apresentados. A escola continua apenas transmitindo conteúdos e a família segue nos marcos do sistema patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo avaliar a influência da escola e do funcionamento da agricultura familiar sobre a permanência ou não dos jovens no campo – mais especificamente, na localidade do Rio do Meio, em Santa Rosa de Lima, um pequeno município rural. Por isso, inicialmente, considerei importante trabalhar o município e a sua história, assim como a comunidade do Rio do Meio. Também com uma abordagem histórica, procurei trabalhar os primeiros tempos da educação e as primeiras escolas que eram asseguradas pelos pais, passando pelas escolas públicas – que eram muitas, porém, “isoladas”, multisseriadas e precárias – e chegando à fase de nucleação, o que afastou as escolas da vida do campo. Esse breve histórico sobre a trajetória da educação no município de Santa Rosa de Lima permite ao leitor uma melhor compreensão das atuais influências da escola nas decisões dos jovens que vivem na localidade de Rio do Meio.

Em seguida (segundo capítulo) apresentei as principais contribuições da minha pesquisa. Coloquei frente ao leitor as falas dos meus entrevistados, que agregam informações que podem contribuir para a compreensão das relações estabelecidas pelos jovens do campo com a escola e com as Unidades Familiares de Produção em que vivem. Os depoimentos indicaram que a escola os incentivou para a continuidade dos estudos, mas, ao mesmo tempo, reforçou o preconceito em relação aos estudantes que desejavam permanecer no campo e, especialmente, na agricultura.

Os dados revelaram, ainda, que a maioria dos jovens permanece na Unidade Familiar de Produção até o término do ensino médio. Os entrevistados justificam que esta permanência se dá pelo melhor acesso à escola, apontando que, logo após a conclusão da educação básica, priorizam dar continuidade aos estudos mesmo que isso signifique o afastamento da UFP, da agricultura e, até, do município. Há casos, também, de jovens que optam por não continuar os estudos e permanecer na unidade familiar de produção, ainda que o trabalho deles seja visto como “ajuda”. Alguns, ainda, buscam alternativas para conciliar o trabalho na UFP com aquele fora dela, como forma de garantir renda para suas necessidades básicas, especialmente para o lazer e o vestuário. Aparecem, também, casos de jovens que, tendo buscado formação técnica, aguardam na UFP uma oportunidade de trabalho na profissão relacionada ao curso que fez e fora da propriedade. Finalmente, a pesquisa mostra que há jovens que aspiram outras áreas de formação. Cabe ressaltar aqui que esta tendência não é considerada

como uma desvalorização ou como um ponto fraco para a permanência no campo. O campo hoje não significa apenas agricultura, mas um lugar de desenvolvimento de múltiplas atividades.

Um dos fatores sobre a não permanência do jovem na unidade familiar de produção (ou, posteriormente, o seu não retorno a ela) é resultante da falta de diálogo dos pais com os filhos, especialmente sobre a sucessão familiar. Os problemas de não participação na gestão e de não haver uma remuneração definida e mensal do trabalho também apareceram como explicações fortes para a saída dos jovens, mas o “gosto pelo estudo”, a busca de outras profissões e a não identificação com os trabalhos atualmente disponíveis no campo estiveram mais presentes para justificar a não permanência na UFP e no “interior do município”.

Como consequência, embora pareça contraditório, facilitar o acesso à educação para os jovens é uma forma de incentivar a permanência no campo. O transporte oferecido pelo município para que os jovens realizem, diária e gratuitamente, o deslocamento até as instituições de ensino superior localizadas na região oportunizou a continuidade dos estudos e a permanência no meio rural e/ou no município. Antes disso, para continuar seus estudos, os jovens se obrigavam a morar fora do município e, muitas vezes, acabavam perdendo o vínculo com o campo. Hoje, no caso de Santa Rosa de Lima, com os jovens locais cursando o ensino superior na região, quase sempre à noite e fazendo a ida e volta em conjunto, com transporte público assegurado pela administração municipal, constata-se que esse fenômeno de ruptura tem diminuído significativamente. Isso inclui as jovens, que, mesmo não ficando na agricultura ou “no interior” – porque, por recusar o trabalho duro das mães “na casa e na roça”, estudam para buscar outras profissões e melhores condições de vida – permanecem no município, que é rural.

Outra iniciativa de apoio à permanência dos jovens foi a implantação da EduCampo UFSC em Santa Rosa de Lima, que ocorreu em 2012. O privilégio, ainda que temporário, de receber no município um curso superior oportunizou a muitos jovens permanecerem no campo. Da “comunidade” do Rio do Meio, são quatro estudantes que concluem o curso. Eu sou uma delas.

Para finalizar, verifiquei que, sem desconsiderar outras questões que afetam a reprodução social da agricultura familiar, assim como a ausência de políticas públicas voltadas às juventudes rurais e suas necessidades e reivindicações, tanto a escola como a família exercem um papel fundamental no estímulo à permanência ou não dos jovens no

meio rural. A pesquisa mostrou que houve a preocupação da escola em incentivar a continuidade dos estudos, tratando, porém, o trabalho no campo e/ou na agricultura de forma preconceituosa, como se as ocupações e empreendimentos rurais agrícolas e não agrícolas não tivessem qualquer perspectiva de futuro. Quanto à família, ficou claro que não há estímulo para os jovens permanecerem nas UFP. O diálogo sobre – e que permita – a sucessão parece fechado. Da mesma forma a família, na maioria das vezes o pai, não dá abertura para a participação mais direta dos jovens na gestão da propriedade e o trabalho realizado por eles é considerado apenas como uma ajuda. Não há uma distribuição de renda entre os membros que compõe a unidade familiar, o que gera uma dependência financeira dos jovens, levando-os a buscar outros campos de trabalho como “garantia de sua independência financeira”.

A pesquisa indicou, ainda, que os jovens, ao mesmo que tempo em que se sentem atraídos pela vida do campo, percebem a necessidade de buscar conhecimentos. Neste quadro, para desconstruir a visão predominante da precariedade do campo é necessário provocar e promover um intenso debate sobre um novo olhar sobre o campo, sobre a escola do campo e suas relações com o seu entorno – o que inclui as famílias dos estudantes, mas de forma mais ampla a sociedade civil local e suas organizações.

Para aprofundar ainda mais o debate sobre a permanência ou não dos jovens do campo na agricultura e/ou no campo e o peso que a escola pode ter nessa decisão, o ideal seria trabalhar essas questões nas outras comunidades do município, assim como no perímetro urbano de Santa Rosa de Lima (também campo) e/ou em municípios vizinhos, nos quais um número significativo de jovens também permanece. O debate poderia ser ampliado conhecendo a percepção e as opiniões de professores das escolas que fizeram – e fazem – parte da vida desses jovens.

A meu ver, o tema ainda necessita de muita reflexão. A escola e a família continuam não dialogando. Minha sugestão é que esta pesquisa não se encerre com a conclusão deste TCC. Ao contrário, ele nos apresenta novos desafios. Afinal, alguns questionamentos não só persistem como ganharam intensidade: Que fatores levam as escolas do campo a se desconectarem da realidade e dos sujeitos que a produzem? Por que as escolas do campo renegam a condição de escola do campo? O que fizeram com os professores do campo? São questões lançadas para prosseguir no debate e para provocar novas pesquisas. Por isso, ao final, destaco a importância – e, por isso, meu compromisso neste sentido – de levar o resultado desta pesquisa às escolas e a comunidade

escolar de Santa Rosa de Lima, na expectativa de que ele contribua para que a abordagem da educação do campo seja melhor considerada nesse município com características de paisagem, socioeconômicas e culturais claramente rurais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Formação de docentes para atuação nas Escolas do Campo: lições aprendidas com as Escolas Normais Rurais. In. MUNARIM, Antônio et al. (orgs). **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis, Insular, 2010. 192 p.

BAUMANN, Siuzete Vandresen. **Da vida das escolas isoladas a uma escola isolada da vida rural**; aprendizagens do processo de nucleação em Santa Rosa de Lima. 2012. 166p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, 2012. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103417>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

CASTRO, Eliza, G. de. Juventude do Campo. In. CALDART, Roseli et.al. (orgs) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo, Escola Politécnica de Saúde João Venâncio/Expressão Popular, 2012. 788p. Disponível em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>> Acesso em 04 de abril de 2016.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (GVces/FGV-EAESP). **Estudo de competências para o jovem agricultor familiar**. Rio de Janeiro, FGV-EAESP, Abril 2016. 55p. Disponível em <http://mediadrawer.gvces.com.br/publicacoes/original/gvces_projcoca_relatoriofinal_29mar2016.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2016.

DALMAGRO, Álvaro. **Santa Rosa de Lima: História e memória**; da colonização à emancipação. Tubarão, 2012. 224p.

KULKAMP, A.B. V., NECKEL, K.A., LOCH, M., KULKAMP, D e FLORIANO, D. **Diagnóstico de Santa Rosa de Lima**; um olhar na perspectiva da Educação do Campo, julho 2013. Trabalho de finalização da disciplina Estudos Orientados 1. Universidade Federal de Santa Catarina, Licenciatura em Educação do Campo, 2013. Não publicado.

HEIDEMANN, Volnei. Santa Rosa de Lima. In. LOTIIN, Jucely. **O Verde Vale do Rio Braço do Norte**. Tubarão, Copiart Editora, 2009.

HENCK, Arlene. **Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no Sul do Brasil**. Comunicação apresentada ao XXII Encontro Anual da

ANPOCS, Caxambu (MG), 1998. Disponível em <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5101&Itemid=359>. Acesso em 04 de abril de 2016.

MUNARIM, A.; SCHMIDT, W. **Educação do Campo e as Políticas Públicas; Subsídios ao Dirigente Municipal de Educação.**

Florianópolis, UFSC/CED/NUP, 2014

MUNARIM, A.; SCHMIDT, W. **Educação do Campo e políticas públicas: reconhecer como diferente para agir diferenciadamente.**

Comunicação apresentada ao I Seminário da Licenciatura em Educação do Campo do Pará e Amapá e o III Encontro de Pesquisa da Educação do Campo do Estado do Pará. Belém do Para, UFPA, 29 a 31 de agosto 2012.

SANTA ROSA DE LIMA. PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Municipal de Educação.** Santa Rosa de Lima, março de 2008. 46 p. (Plano aprovado pela 2ª Conferência Municipal de Educação, em 14 de março de 2008)

SANTA ROSA DE LIMA. PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Municipal de Educação.** Santa Rosa de Lima, dezembro de 1997. 28 p. (Plano aprovado pela 1ª Conferência Municipal de Educação, em 13 de novembro de 1997)

SCHMIDT, Wilson. **Municipalização: Democratização?**

Florianópolis, NUP/CED/UFSC, 2013. 197p. (Teses NUP, 11)

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas.** v. 8 - n. 1, março de 2011.

Disponível em <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/08/artigo-5.pdf>>. Acesso em julho de 2016.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: EdUFSC, 2006. 346p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, CENTRO DE EDUCAÇÃO, LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Solicitação do reconhecimento e avaliação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo para o MEC. Florianópolis, sd. 89 p. Disponível em <<http://licenciatura.educampo.ufsc.br/files/2014/08/PPP-LEdoC.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2016

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 330 p. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2009. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15908/000693991.pdf?sequence=1>>. Acesso em 23 de março de 2016.

WIEMES, Adolfo. **Rio Santo Antônio**; “Minha vida, meu povo”. Braço do Norte, Perin Ind. Gráfica Ltda., 2002.

ANEXO

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO PARA PRIMEIRA ETAPA (VIA FACEBOOK)

Nome/Idade?

O que faz no momento? Estuda o que? Trabalha no que? Estuda e Trabalha

O que te motivou a permanecer na “propriedade dos pais” / a sair da propriedade dos pais / a Estudar / a trabalhar?

Como você vê a escola?

No que a escola influenciou as tuas escolhas que te levaram ao que você faz hoje?

Como você vê o funcionamento da propriedade agrícola dos teus pais?

Quais são as maiores dificuldades ou vantagens para um jovem trazidas pelo funcionamento de uma unidade familiar?

No que o funcionamento da propriedade agrícola influenciou as tuas escolhas que levaram ao que você faz hoje?

O que você acha que leva os jovens a sair da propriedade rural dos pais e da localidade rural e não voltar mais?

Como você se vê daqui a 5 anos?

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO PARA SEGUNDA ETAPA (VIA FACEBOOK)

Com relação às afirmações seguintes, assinale com um X a situação com a qual você concorda:

A escola me estimula/estimulou a permanecer na agricultura porque os professores de Ciências da Natureza tratam/trataram de questões relacionadas ao trabalho agrícola

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

A escola me estimula/estimulou a permanecer no meio rural porque os professores de Ciências da Natureza tratam/trataram de questões relacionadas ao campo e aos recursos naturais locais.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

A escola NÃO me estimula/estimulou a permanecer na agricultura porque os professores de Ciências da Natureza mesmo tratando de questões relacionadas ao trabalho agrícola o faziam de forma desinteressante e pouco ligada à realidade.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

A escola NÃO me estimula/estimulou a permanecer no meio rural porque os professores de Ciências da Natureza mesmo tratando de questões relacionadas ao campo e aos recursos naturais locais o faziam de forma desinteressante e pouco ligada à realidade.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo

- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

A escola NÃO me estimula/estimulou a permanecer na agricultura porque os professores de Ciências da Natureza NÃO trabalharam questões relacionadas ao trabalho agrícola.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

A escola NÃO me estimula/estimulou a permanecer no meio rural porque os professores de Ciências da Natureza NÃO trabalharam questões relacionadas ao campo e aos recursos naturais locais.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

2) Em relação a seu lugar de moradia e atividade, assinale a alternativa que mais se aproxima de sua visão de futuro. Daqui a cinco anos, estarei:

- Morando na propriedade que é dos pais e nela trabalhando na agricultura
- Morando na propriedade que é dos pais e trabalhando fora dela na agricultura
- Morando na propriedade que é dos pais e nela trabalhando em atividade não agrícola
- Morando na propriedade que é dos pais e trabalhando fora dela em atividade não agrícola
- Morando no interior de Santa Rosa de Lima e trabalhando na agricultura
- Morando no interior de Santa Rosa de Lima e trabalhando em atividade não agrícola
- Morando na “praça” de Santa Rosa de Lima e trabalhando na agricultura
- Morando na “praça” de Santa Rosa de Lima e trabalhando em atividade não agrícola

- Morando fora de Santa Rosa de Lima e trabalhando na agricultura
- Morando fora de Santa Rosa de Lima e trabalhando em atividade não agrícola

Para os que assinalaram “Morando fora de Santa Rosa de Lima”

- Morando em um pequeno município da região (como Anitápolis ou Rio Fortuna)
- Morando em um médio município da região (como Braço do Norte)
- Morando em um município maior da região (como Tubarão)
- Morando em um pequeno município fora da região
- Morando em um médio município fora da região
- Morando em uma grande cidade fora da região

Para os que assinalaram “trabalhando em atividade não agrícola”

- Trabalhando como empregado
- Trabalhando em meu próprio empreendimento
- Trabalhando em agroindústria
- Trabalhando em indústria
- Trabalhando no comércio
- Trabalhando com serviços técnico-profissionais
- Trabalhando com agroturismo/turismo rural
- Trabalhando com transporte

ANEXO 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A TERCEIRA ETAPA, DIRETA E PRESENCIAL

Pai – idade:

Mãe – idade:

Filhos - idades - Na propriedade - Fora dela

Filhas - idades - Na propriedade - Fora dela

Até que ano a mãe estudou?

Até que ano o pai estudou?

Entrevistado(a) considera que o pai:

estimulou todos os filhos e filhas a serem agricultores

estimulou apenas um filho a ser agricultor

estimulou apenas uma filha a ser agricultora

desestimulou todos os filhos e filhas a serem agricultores

desestimulou apenas as filhas a serem agricultoras

não estimulou nem desestimulou

Entrevistado(a) considera que a mãe:

estimulou todos os filhos e filhas a serem agricultores

estimulou apenas um filho a ser agricultor

estimulou apenas uma filha a ser agricultora

desestimulou todos os filhos e filhas a serem agricultores

desestimulou apenas as filhas a serem agricultoras

não estimulou nem desestimulou

PARTE 1 – A PROPRIEDADE E A AGRICULTURA FAMILIAR

O que fazem seus pais? Eles são agricultores familiares? O que é para você agricultura familiar? O que o seu pai faz na propriedade? O que a sua mãe faz na propriedade? O que o seu pai faz fora da propriedade? O que a sua mãe faz fora da propriedade?

O que você faz na propriedade? O que você faz fora da propriedade?

Você trabalha/trabalhou na agricultura? Quanto tempo? ?

Se você trabalha/trabalhou na agricultura, quanto tempo? O que pensa desse tipo de trabalho?

Você considera que há/havia reconhecimento por parte dos seus pais por esse trabalho? Por que?

Você considera que há/havia reconhecimento por parte da sociedade por esse trabalho? Por que?

Você participa/participava das decisões sobre o que plantar/criar na propriedade? Como eram/são feita(s) essas tomadas de decisões?

Você participa/participava das decisões sobre quais técnicas usar na agricultura/criação? Como eram/são feita(s) essas tomadas de decisões?

Você participa/participava das decisões sobre os investimentos a fazer na propriedade (compra de máquinas ou equipamentos, por exemplo)? Como eram/são feita(s) essas tomadas de decisões?

Você participa/participava das decisões sobre quais compras a fazer para a casa (eletrodomésticos ou computador, por exemplo)? Como eram/são feita essas tomadas de decisões?

Se você “ajudava”/trabalhava na agricultura como era a sua remuneração? Recebia um salário? Recebia participação nos “lucros”? Precisava pedir dinheiro para o pai quando achava necessário (por exemplo para “sair”)? No que essas situações influenciaram suas decisões sobre permanecer ou sair?

Como você vê os outros jovens dentro da propriedade, em questão de independência financeira?

Como você vê a sucessão na sua propriedade (quando os pais passam a gestão dela para os filhos e/ou definem quem ficará na propriedade ou como ela será dividida)?

Você considera a sucessão nas propriedades um problema para permanência nelas dos jovens? Você acha que isso atinge mais os rapazes ou as moças? Por que?

Você vê a agricultura como uma profissão que apresente um retorno financeiro viável? (Para permanecer)

Como você vê o reconhecimento da profissão de agricultor na nossa sociedade?

Pretendem continuar/voltar a ser agricultor? Sim? Não? Por que?

Você vê o campo (“interior”) como um bom lugar para morar? Por que? Quais são as vantagens de se morar no campo? Quais são as desvantagens de morar no campo?

Você acha que os jovens vão permanecer no campo? Por que?

PARTE 2 - ESCOLA

A escola o estimulou ou desestimulou a permanecer na agricultura? De que forma?

A escola o estimulou ou desestimulou a permanecer no campo? De que forma?

O que os professores de ciências da Natureza (Ciências, no Ensino Fundamental, e Física, Química e Biologia, no Ensino Médio)

trabalharam nas aulas tinha relação com agricultura? Se não, por que? Se sim, você pode citar exemplos?

Você considera que as aulas de ciências da Natureza (Ciências, no Ensino Fundamental, e Física, Química e Biologia, no Ensino Médio) foram estimulantes ou desestimulantes para a sua permanência na agricultura?

O que os professores de ciências da Natureza (Ciências, no Ensino Fundamental, e Física, Química e Biologia, no Ensino Médio) trabalharam nas aulas tinha relação com o campo? Se não, por que? Se sim, você pode citar exemplos?

Você considera que as aulas de ciências da Natureza (Ciências, no Ensino Fundamental, e Física, Química e Biologia, no Ensino Médio) foram estimulantes ou desestimulantes para a sua permanência na agricultura?

Você se lembra de alguma ocasião na Escola que, em especial, foi estimulante para sua permanência na agricultura?

Você se lembra de alguma ocasião na Escola que, em especial, foi desestimulante para sua permanência na agricultura?

Você se lembra de alguma ocasião na Escola que, em especial, foi estimulante para sua permanência no campo?

Você se lembra de alguma ocasião na Escola que, em especial, foi desestimulante para sua permanência no campo?

Você pretende dar continuidade aos estudos? Por que?